

EDITORIAL

O Curso de Economia da FAE Centro Universitário apresenta a edição de Junho de 2019 do periódico eletrônico mensal *Vitrine da Conjuntura*, contendo as seções fixas do Panorama Econômico e Indicadores, além de três textos acerca do ambiente econômico brasileiro e paranaense.

O primeiro descreve o comportamento do produto interno bruto (PIB) do país, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o primeiro trimestre de 2019, sinalizando riscos de retorno do ciclo recessivo.

O segundo artigo identifica na agenda econômica o principal equívoco do governo de Jair Bolsonaro, a despeito dos vários deslizes cometidos pelo chefe do estado e equipe na área política.

Já a terceira contribuição avalia o desempenho da economia paranaense, no começo de 2019, em confronto com os resultados observados no plano nacional, com base na cesta de principais indicadores correntes.

Excelente leitura a todos.

Ótimo 2019.

Paz e Bem.

Gilmar Mendes Lourenço

Editor.

NOVA INFLEXÃO RECESSIVA DO PIB BRASILEIRO

Gilmar Mendes Lourenço

As estimativas de variação do produto interno bruto (PIB) brasileiro, relativas ao primeiro trimestre de 2019, efetuadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmam o indesejável tropeço da matriz produtiva nacional na direção do poço recessivo no qual mergulhou em abril de 2014 e dele teria supostamente escapado mais de três anos depois.

Mais precisamente, o PIB recuou 0,2%, no intervalo compreendido entre janeiro e março de 2019, em confronto com outubro-dezembro de 2018, sendo a primeira queda desde o quarto trimestre de 2016, determinada pelos decréscimos verificados na agropecuária (-0,5%) e indústria (-0,7%), enquanto os serviços evoluíram 0,2%.

Pela ótica da demanda agregada, a formação bruta de capital fixo diminuiu 1,7%, fazendo a taxa de investimento declinar de 15,9% do PIB, no último trimestre do ano anterior, para 15,5%, no trimestre atual. Enquanto isso, consumo do governo e das famílias contabilizaram modesto acréscimo de 0,4% e 0,3%, respectivamente. Já as exportações sofreram redução de 1,9% e as importações subiram apenas 0,5%.

É preciso entender que o desastre acontecido neste começo de 2019 não representa obra do acaso. Na realidade, o recente empuxe regressivo é reflexo de posturas e deliberações erradas, tomadas no passado, e da posterior feitura de correções meramente cosméticas, dissociadas do ataque às motivações estruturais das poderosas mazelas que paralisam a economia brasileira.

Apenas para recordar, o emprego da nova matriz econômica pelo governo Dilma Rousseff, a partir de 2011, ancorado em práticas intervencionistas na dinâmica de formação dos preços básicos e flagrante irresponsabilidade fiscal, resultou na produção da mais acentuada e prolongada contração dos níveis de atividade da história republicana, com declínio acumulado de 8,5% do PIB, em onze trimestres seguidos, entre abril de 2014 e dezembro de 2016.

Após exibir variação zero entre janeiro e março de 2017, a grandeza emitiu sinais de revitalização no segundo trimestre daquele exercício, em resposta à combinação entre queda da inflação e dos juros primários, em paralelo à *continuidade* do cenário benigno em escala global.

Porém, o movimento ascendente foi abortado pelos impactos do vazamento dos *áudios* dos diálogos mantidos entre o presidente Temer e o empresário do grupo JBS, Joesley Batista, que precipitaram o levantamento de suspeitas de envolvimento do chefe de estado em crime de corrupção passiva, cuja investigação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), *não foi autorizada pelo* poder legislativo, ao custo de quase R\$ 50,0 bilhões na forma de concessão de emendas parlamentares pelo executivo, buscando o arquivamento de dois processos de inquéritos enviados à casa de leis pela Procuradoria Geral da República (PGR).

Por tudo isso, o PIB cresceu pífios 2,2% no biênio 2017-2018, configurando uma situação típica de estagnação pós-saída de fases depressivas, absolutamente normal em sistemas capitalistas que amargaram substancial elevação da ociosidade dos fatores de produção (mão de obra e equipamentos) nos tempos de retração, anomalia agravada pela *exacerbação da desconfiança dos agentes, em consequência* do prosseguimento, em doses ampliadas, da instabilidade política, marcada por clima de polarização nos extremos durante o episódio eleitoral.

A vitória da plataforma conservadora, no pleito de outubro de 2018, caracterizada mais pela irradiação da retórica de associação do candidato representante dos governos antecedentes aos vários escândalos de corrupção investigados pela operação Lava Jato - que lesaram o caixa das estatais e enfraqueceram o poder de fogo dos orçamentos públicos – e menos pela explicitação de propostas concretas acerca da organização de um programa consistente de retomada do crescimento, serviu ao menos para amainar o pessimismo e reforçar as esperanças de melhoria da atmosfera de negócios.

No entanto, os traços operacionais do governo Bolsonaro levaram a surpreendente deterioração do respectivo capital político, conquistado nas

A vitória da plataforma conservadora, no pleito de outubro de 2018, serviu ao menos para amainar o pessimismo e reforçar as esperanças de melhoria da atmosfera de negócios.

urnas, e, o que é pior, ao descarado flerte com a realização de uma viagem no túnel do tempo recessivo. Isso porque, dentre não poucas incongruências, salta aos olhos a formação de equipe multifacetada, desconexa e, em algumas áreas, carente de afinidade e competência.

Outras peculiaridades da nova gestão repousam na ausência de empenho na constituição de abrangente e coesa base parlamentar, requerida para a aprovação das reformas essenciais, e na excessiva ocupação com a persistente tarefa de preservação do revanchismo, magnificado no transcorrer da campanha eleitoral, e a recusa em realizar a descida dos palanques.

Igualmente nocivos são os engajamentos de familiares do presidente em batalhas ideológicas nas redes sociais, idealizadas por uma espécie de guru de direita, residente no exterior, avesso a reflexões mais aprofundadas e plurais, que privilegiam a abordagem de assuntos acessórios e conflituosos em detrimento do debate da agenda de questões prioritárias.

Não bastassem essas restrições, a orientação econômica da atual administração revelou-se portadora de itens mal posicionados e, por vezes, equivocados, e obcecada pela aprovação da reforma do aparato de aposentadorias e pensões dos trabalhadores formais da iniciativa privada e servidores públicos. Na visão oficial, a empreitada seria dotada de potência fiscal superior a R\$ 1,1 trilhão, em dez anos, capaz de, ao mesmo tempo, evitar a falência do estado, viabilizar a implantação do regime previdenciário de capitalização e ancorar as expectativas de um círculo virtuoso e duradouro ciclo de transações.

Na verdade, é fácil notar um curioso menosprezo ao tratamento das variáveis de curto prazo, mais sensíveis à flexibilização dos impostos e ampliação da concorrência bancária, iniciativas fundamentais à compressão das despesas tributárias e financeiras e, por extensão, redução dos elementos de contração da absorção doméstica (desemprego e endividamento privado), em condições de desaceleração da demanda externa e de premência de combate à dominância fiscal.

Tais atitudes também serviriam para a minimização do desalento das famílias, oxigenação das escolhas estratégicas das empresas e, principalmente, obtenção de um desenho político favorável ao rearranjo da pauta de reformas, no sentido do resgate e impulsão da eficiência micro e macroeconômica do país, e reaparecimento de blocos de investimentos em infraestrutura, amparados em transparente e estável plano de privatizações e concessões, e efetiva atenção à melhoria da qualidade do capital humano, indispensável à elevação da produtividade imposta pelo fechamento da janela demográfica.

AGENDA ECONÔMICA: O PRINCIPAL ERRO DO PRESIDENTE

Gilmar Mendes Lourenço

Reconhecidamente, o presidente da república, Jair Bolsonaro, vem desperdiçando o enorme estoque de capital político, acumulado a partir do desfecho do episódio eleitoral de 2018 que, dentre outros méritos, propiciou a restauração da marcha de crescimento da confiança dos atores sociais no futuro do país.

Decerto, o repúdio ao modelo tradicional de estruturação de governos prevalecente no Brasil, apelidado de presidencialismo de coalização que, na prática, funciona nos moldes de cooptação, e a subordinação aos pensamentos e orientações do astrólogo revestido de “filósofo produzido a facão” – com todo o respeito aquela ferramenta – conduziu à formação de uma equipe de gestão governamental e de articulação política multifacetada, desconexa, inexperiente e incompetente, que poderia ser rotulada, sem exageros, de quarta categoria.

Trata-se de dura constatação que encontra respaldo na atuação (ou ausência dela) das pastas da casa civil; relações exteriores, educação; mulher, família e direitos humanos; e das lideranças do executivo no congresso nacional. As exceções, consideradas ilhas de excelência e/ou de equilíbrio, repousam na conduta dos militares, liderados pelo vice-presidente, e iniciativas da infraestrutura que, mesmo em um cenário de pauperização orçamentária, tem buscado a redenção de alguns planos de investimentos, evidenciadas pelo êxito de leilões de privatizações e concessões no segmento de transportes, desenhados ainda pela equipe de Michel Temer.

Porém, a percepção coletiva é de múltiplas falhas de comunicação e carência de autoridade governamental. Isso porque, é fácil perceber a recusa permanente de realização da imprescindível descida dos palanques eleitorais e desmanche do revanchismo e agressões nas redes sociais; observação de conspiração ideológica em qualquer esquina, supostamente disseminada por meios de comunicação e impregnada nas universidades públicas; e anúncio de decisões e desmentidos quase que diários, incluindo desqualificações do chefe de estado por membros do *staff*, parlamentares e, o que é pior, pela realidade.

Os casos mais grotescos correspondem aos ensaios intervencionistas na Petrobrás e no Banco do Brasil, menção de atualização da tabela de incidência do imposto de renda e divulgação de cortes ou contingenciamento dos recursos previstos nos orçamentos para custeio da educação pública de terceiro grau e outras políticas sociais.

Mais do que isso, a combinação entre despreparo e arrogância do novo grupo palaciano, recheada pela presença e participação ativa de uma espécie de “filhocracia”, inspirada no guru portador de raciocínio raivoso, residente em terras estrangeiras, em um ambiente de maturação do esfacelamento das oposições – em face, primordialmente, do envolvimento explícito, em maior ou menor grau, nos diversos assaltos ao caixa das companhias estatais e aos fluxos orçamentários, ocorrido nos tempos recentes -, serviram apenas para a montagem do palco de encenação da peça: “sou governo, mas também faço oposição”.

Apesar da relevância desses distúrbios de natureza política, o sabor amargo do remédio provado pelo mandatário neste princípio de administração é fruto dos equívocos de compreensão acerca dos requisitos essenciais ao resgate de um clima propício à rápida retomada do ciclo de negócios no Brasil, engatilhada sob Michel Temer, ancorada na curva benigna da inflação e dos juros e da instauração do teto de gastos, e interrompida em maio de 2017, com o vazamento dos áudios que associaram o presidente a crimes de corrupção passiva.

O presidente foi aprisionado pela retórica apresentada por Paulo Guedes, e defendida “a ferro e fogo” pelos mercados, apoiada na aprovação da reforma da previdência.

Em outras palavras, a carência de uma plataforma ou programa consistente de nação, amparada em nova aliança hegemônica democrática de poder, com a designação dos perdedores e ganhadores diretos, levou Bolsonaro à condição de refém, de um lado, de um “bando de loucos” simpáticos à repressão do pluralismo de ideias e confronto de opiniões.

De outro extremo, o presidente foi aprisionado pela retórica apresentada por Paulo Guedes, e defendida “a ferro e fogo” pelos mercados, apoiada na aprovação da reforma da previdência, portadora de potência fiscal estimada em R\$ 1,2 trilhão em dez anos, como condição essencial à viabilização do regime de capitalização e reconquista do otimismo empresarial e, por extensão, deflagração do circuito de retomada sustenta do crescimento.

De fato, a lacuna no raciocínio de Guedes reside na constatação de que as necessárias modificações no aparato de regulação das aposentadorias e pensões dos trabalhadores privados e dos servidores públicos conseguirão, no melhor dos mundos, evitar a falência do Estado, nas várias esferas (união, estados, municípios, legislativo e judiciário).

Paradoxalmente, houve desprezo à existência de forte correlação entre as circunstâncias de operação do aparelho econômico, sobretudo o destrave do crescimento, e o encaminhamento e tramitação das reformas institucionais requeridas para a devolução do equilíbrio duradouro das finanças públicas e da competitividade sistêmica da microeconomia.

Somente a título de ilustração, depois de escapar da mais prolongada e profunda recessão da história, que produziu decréscimo de 8,5% do produto interno bruto (PIB), entre abril de 2014 e dezembro de 2016, a economia do país deve contabilizar variação de 3,3%, no triênio 2017-2019, caracterizando a mais vagarosa recuperação da era republicana, corroborando o estágio rotulado como de estagnação.

Em sentido complementar, estudo preparado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBGE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), revela que o coeficiente de Gini (indicador de concentração de renda, que varia entre zero e um, denotando alargamento da desigualdade ao aproximar-se da unidade) acusou, entre janeiro e março de 2019, o maior nível da série iniciada em 2012, depois de subir ininterruptamente desde 2015 e chegar a 0,6257, neste trimestre. A investigação mostra que, entre 2012 e 2019, enquanto o rendimento médio dos 10% mais ricos da população cresceu 8,5%, o auferido pelos 40,0% mais pobres encolheu 14,0%.

A reversão desse panorama caótico exigiria, em condições de inflação controlada, menos obsessão pela pauta das alterações previdenciárias e mais atenção à definição e cumprimento da agenda de desencadeamento de novas rodadas de diminuição dos juros e lançamento de ações de ampliação da concorrência interbancária e simplificação do regime tributário, cujos conteúdos de proposições, factíveis e atualizados, encontram-se disponíveis, por sinal, nos escaninhos do legislativo.

Em sendo isso feito, a subsequente diminuição dos elevados patamares de desocupação e subutilização dos fatores de produção poderia ensejar a constituição de um embrião de reativação dos níveis de atividade e desanuviar as negociações das outras transformações de base.

Cumprir recordar que como o presidente Itamar Franco empreendeu esforço semelhante em 1992-1993, o país colheu os frutos bons da desinflação e primeira geração de reformas que, ao lado do bônus internacional, possibilitaram, especificamente entre 2003 e 2010, no governo Lula, a subida do patamar expansivo nacional.

A diferença fundamental é que Itamar portou-se, ao longo de pouco mais de dois anos de mandato, como autêntico “estadista”, portador de habilidades e empenho requeridos para o desmanche das resistências à efetivação de aprimoramentos nas condições gerais do tecido social brasileiro.

Contudo, enquanto a atual atmosfera inóspita não desaparecer, a chama da exacerbação das expectativas negativas deverá continuar acesa. Tanto que, o índice de confiança do empresário industrial, estimado mensalmente por pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), declinou pelo quarto mês seguido, em maio de 2019, chegando a 56,5 pontos (varia entre zero e cem pontos), depois de registrar 64,7 pontos, em janeiro do corrente ano. Ainda assim, o indicador situa-se acima do verificado em maio do exercício anterior (55,5 pontos) e da média histórica (54,5 pontos).

DESEMPENHO ECONÔMICO E AÇÕES GOVERNAMENTAIS NO PARANÁ

Gilmar Mendes Lourenço

É bastante comum a observação da realização de esforços, por parte das autoridades governamentais, nas diferentes esferas de administração e, especialmente, nos espaços subnacionais, na tentativa de associação direta entre ocorrência de ciclos econômicos virtuosos e ações eminentemente públicas, ilustrada por meio da disseminação de propagandas institucionais em múltiplos veículos.

De outra parte, quando há a identificação e persistência de cenários inóspitos, que se manifestam na forma de contração dos níveis de produção, emprego e arrecadação, a transmissão de mensagens triunfalistas é substituída por argumentações focadas na imputação de responsabilidades a seres exógenos à gestão dos executivos regionais, englobando efeitos de adversidades globais, estratégias macroeconômicas do poder central e “jogo sujo” das oposições.

Por essa ordem de interpretação, parece adequada uma melhor qualificação dos sinais e da intensidade das principais medidas do ambiente de negócios no Paraná, que, em sua maior parte, vem reproduzindo a performance desfavorável da economia do país, fruto da combinação entre retorno das incertezas, provocado pela instabilidade da confiança gerada pelos equívocos nada desprezíveis cometidos, neste princípio de mandato do presidente Bolsonaro, e drástica retração dos patamares de atividade.

Aliás, inferências econométricas permitem supor que, ao contrário da conformação de um panorama de retomada econômica, projetada após o desfecho do episódio eleitoral de outubro de 2018, depois de superar a recessão acontecida entre 2014 e 2016 e mergulhar em estagnação a partir de 2017 – considerado fenômeno absolutamente normal em razão dos elevados níveis de ociosidade dos fatores de produção, acumulados durante os tempos depressivos –, a nação estaria à beira do precipício de um novo estágio de retração.

Essa pressuposição torna-se mais forte ao se constatar que o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), prévia do produto interno bruto (PIB), mensurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), caiu 0,68%, entre janeiro e março de 2019, em confronto com outubro-dezembro de 2018, embora tenha crescido 0,23% em relação a igual período de 2018. De acordo com a consultoria Economatica, o lucro líquido de 231 companhias abertas que atuam no Brasil decresceu 5,74% no 1º trimestre de 2019 em cotejo com o mesmo período de 2018.

Começando as incursões comparativas pelo exame da tendência da inflação, verifica-se que a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) vem expressando variação de preços ligeiramente inferior à média nacional. O índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), estimado pelo IBGE, para famílias com renda mensal entre um e quarenta salários mínimos (SM), atingiu 4,94% para o país e 4,50% para a RMC, em doze meses acumulados até abril de 2019.

No mesmo período, o índice nacional de preços ao consumidor (INPC), também do IBGE, calculado para a faixa de renda do trabalho entre um e cinco SM, conhecido como a inflação do trabalhador, foi de 5,07% para o Brasil e 4,93% para a RMC.

Com relação aos indicadores fiscais, parâmetros elaborados pelo Banco Central, atualizados até abril de 2019, em bases anuais, posicionam as finanças públicas do Paraná em condições menos desconfortáveis dentre as vinte e sete unidades federadas - em sua maioria, quebradas - graças, fundamentalmente, ao ajuste fiscal promovido a partir de 2015.

Lembre-se que três unidades, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, avaliadas em calamidade financeira, ingressaram em Regime de Recuperação Fiscal, que prevê a suspensão do pagamento dos serviços da dívida junto à União condicionada às vendas das companhias estatais e aumento da contribuição previdenciária dos servidores. Porém, outros pleiteiam benefícios semelhantes mediante a inclusão no Plano de Equilíbrio Fiscal, lei complementar em preparação no ministério da Economia, a ser encaminhada ao congresso nacional.

A dívida líquida do tesouro estadual perfaz R\$ 12,7 bilhões, ou 19,0% da receita corrente líquida (RCL), a menor entre os estados do sul e sudeste, versus 160,5%, do Rio de Janeiro, 137,7%, do Rio Grande do Sul, 124,5%, de Minas Gerais, e 108,0%, de São Paulo. Da mesma forma, o Paraná foi o único a exibir superávit nominal (0,6% da RCL), no universo geográfico considerado desenvolvido. Em superávit primário, com 2,3% da RCL, o estado situa-se em segundo lugar, atrás apenas de São Paulo (3,8% da RCL).

Passando ao conteúdo da cesta dos números relativos às transações e produção, as percepções são de intensa volatilidade e disparidade. No front externo, as exportações regionais retrocederam 12,8%, entre janeiro e abril de 2019, em cotejo com idêntico lapso de tempo de 2018, contra encolhimento de 3,0% das brasileiras, em consequência da compressão da demanda e dos preços internacionais.

Com decréscimo de 11,6% dos itens básicos, 11,5% dos semimanufaturados e 13,7% dos manufaturados - contra -5,5%, -1,5% e -7,5%, respectivamente, no Brasil -, as vendas externas paranaenses representaram apenas 6,7% do total exportado pelo país, passando a ocupar o sexto posto na federação.

Já as importações aumentaram 6,7%, versus retração de 0,8% das nacionais, em função do reerguimento da indústria e do agronegócio, puxado por óleos combustíveis (8,4%), adubos e fertilizantes (5,5%) e veículos de carga (5,5%). Com isso, o estado manteve o quarto posto no ranking dos entes federados, com participação de 7,2% no montante das compras internacionais do país.

Na esfera do mercado de trabalho, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, mostram que o Paraná teria sido responsável por 12,1% das 313,8 mil vagas líquidas com carteira assinada abertas no país, no primeiro quadrimestre de 2019. Foi o quarto melhor desempenho do Brasil, ficando atrás de São Paulo (40,0%), Minas Gerais (17,9%) e Santa Catarina (15,9%).

A vedete na geração de empregos formais foi o interior do estado, território do agronegócio, detentor da maior envergadura cooperativa da nação.

A vedete na geração de empregos formais foi o interior do estado (57,9%), território do agronegócio, detentor da maior envergadura cooperativa da nação, que é bastante enxuta, eficiente e inserida competitivamente nos mercados globais, e cada vez menos subordinada às injunções e amarras impostas por governantes. Os destaques couberam às indústrias têxteis, borracha e couros e aos serviços de alojamento.

Ainda assim, o segmento vem sendo cronicamente prejudicado pela impulsão do custo Paraná, ocorrido fora dos portões das propriedades rurais e das fábricas, especialmente com a maximização das despesas de escoamento, por conta da ausência de investimentos em multimodalidade de transportes e dos vultosos gastos incorridos

nos percursos por mais de dois mil quilômetros de rodovias federais, alvo da cobrança de pedágios por concessionárias envolvidas, há mais de dois decênios, junto com agentes públicos, em assombrosos escândalos de corrupção.

Por uma ótica mais abrangente da dinâmica das ocupações, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, verificou taxa de desemprego média de 8,9% da população economicamente ativa (PEA), no Paraná, entre janeiro e março de 2019, contra 12,7% da PEA para o Brasil, o que equivale a terceira menor desocupação do país, atrás de Santa Catarina (7,2%) e Rio Grande do Sul (8,0%).

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) contabilizou o quarto menor desemprego entre as RMs brasileiras (10,1% da PEA), atrás de Goiânia (8,0%), Porto Alegre (8,9%) e Florianópolis (9,9%). Já, no painel das capitais, Curitiba contabilizou a terceira menor desocupação (8,3% da PEA), depois de Goiânia (7,2%) e Campo Grande (8,1%).

Em subutilização da força de trabalho (desemprego aberto, desalento e jornada insuficiente), o estado também ostenta a terceira melhor colocação no cenário nacional (17,6% da PEA, para 25,0% da brasileira), perdendo apenas para Santa Catarina (12,1%) e Rio Grande do Sul (15,5%).

Em rendimento médio real mensal de todos os trabalhos (R\$ 2.567 versus R\$ 2.291 para o país), o Paraná figurou em quarto lugar, depois do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro.

No terreno do comércio varejista, a instância regional segue acompanhando, em escala ampliada, a conjuntura de desaceleração registrada no plano nacional. Enquanto o volume de vendas do ramo cresceu apenas 2,3% no Brasil, entre janeiro e março do corrente ano, em relação ao mesmo período de 2018, de acordo com pesquisa do IBGE, no Paraná houve acréscimo de apenas 0,6%, graças à recuperação apurada em artigos de uso pessoal e doméstico (25,7%), equipamento e materiais para escritório, informática e comunicação 10,3% e veículos, motocicletas, partes e peças (10,0%).

Seis das dez atividades acompanhadas pela entidade nacional registraram queda na quantidade comercializada, com ênfase para combustíveis e lubrificantes (-16,8%), livros, jornais, revistas e papelaria (-13,6%) e hipermercados,

supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-4,5%), reflexo da atmosfera de contração do emprego e massa de salários e subida do endividamento e inadimplência dos consumidores.

No que diz respeito ao volume dos serviços oferecidos, aferido pelo IBGE, nem a modesta elevação de 1,1%, ocorrida entre janeiro e março, no país, amparada em sete das doze atividades, em especial tecnologia da informação (14,1%) e alojamento e alimentação (5,2%), foi capaz de se transbordar no estado.

No Paraná, houve decréscimo de 2,7%, em função do recuo anotado em quatro dos cinco grandes grupos coletados, com ênfase para informação e comunicação (-4,6%), transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios (-3,1%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (-2,4%). Os serviços prestados às famílias encolheram 0,5% e os outros serviços cresceram 5,9%.

Quanto à evolução da produção industrial, também mensurada por investigação do IBGE, os sinais são diametralmente opostos entre média nacional e Paraná, com recuo de 2,2% no país e incremento de 7,8% no estado, entre janeiro e março de 2019, confirmando a reação esboçada desde o início de 2018, com acentuada inflexão no último trimestre do ano, e fazendo-o liderar o certame nacional.

A ascensão esteve ancorada na performance dos ramos máquinas e equipamentos (18,5%), derivados de petróleo e biocombustíveis (14,3%), alimentos (12,6%) e veículos (11,7%), fortemente atrelados ao agro. Também houve avanço relevante em máquinas, aparelhos e materiais elétricos (8,5%) e produtos de metal (7,7%).

Porém, verificaram-se diminuições apreciáveis em cinco das treze seções levantadas, sobressaindo móveis e madeira (-8,4%), bebidas (-6,0%) e minerais não metálicos (-3,5%), refletindo primordialmente a persistência da crise da construção civil, atribuída à *situação de quase paralisação das obras públicas e ao substancial declínio dos recursos para financiamento, principalmente* do Programa Minha Casa Minha Vida.

Na verdade, a trajetória industrial embute a maturação da pronunciada diversificação acontecida na matriz produtiva paranaense em dois momentos da história recente. O primeiro deles compreende as iniciativas públicas organizadas para atração de projetos fabris, empreendidas entre 1995 e 2000, que resultaram no adensamento dos polos automotivo, agroindustrial, madeireiro e papeleiro e dos insumos da construção civil.

A segunda incursão corresponde à onda de protocolos de inversões, celebrados notadamente entre 2011 e 2014 - que superaram R\$ 40,0 bilhões, sendo o maior portfólio entre as unidades federadas, quando cotejado com a dimensão econômica de cada unidade regional -, com apoio do programa Paraná Competitivo e cuja concretização foi comprometida pelas flutuações da orientação macroeconômica brasileira e a flagrante e contínua discriminação política estabelecida pela órbita federal ao estado, especificamente a fixação de bloqueios, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), à liberação de financiamentos aprovados por entidades multilaterais de crédito e BNDES para a cobertura de programas locais de obras de infraestrutura.

Por tudo isso, é fácil perceber e entender que, de uma maneira geral, o curso do aparelho produtivo local vem seguindo a trilha do amargo regresso recessivo, ou na melhor das hipóteses defensivo, esboçada em âmbito nacional, neste começo de 2019.

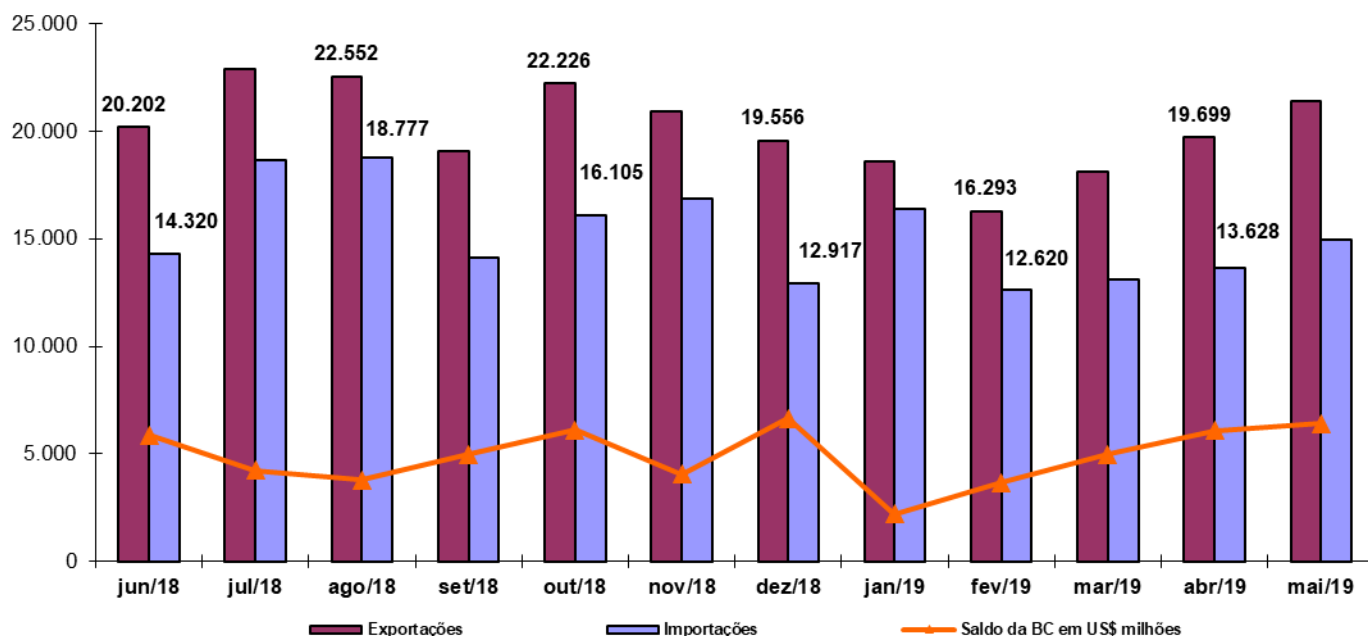
Os traços do desenho de revigoramento econômico, denotados em algumas áreas, em suposta contramão à instabilidade nacional, possuem raízes em elementos conjunturais, subjacentes à operação do agronegócio, ou iniciativas públicas pretéritas. Mais que isso, a retomada vivenciada em alguns segmentos ostenta diminuta ligação com posturas ou esforços do atual governo estadual, que poderá dar enorme contribuição se não atrapalhar as reações positivas engendradas pela iniciativa privada.

Até porque, apesar de ter ficado conhecido como “Eldorado”, “Terra de Todas as Gentes”, e “Aqui se Trabalha”, nas décadas de 1950 e 1960, o Paraná também foi atenção de peças publicitárias com slogans “ilha de prosperidade” e “o Brasil que dá certo”, lançadas por representantes do poder executivo nos anos 1980 e 1990, que sucumbiram rapidamente diante do aparecimento da realidade de colapso econômico brasileiro que, como seria natural, atingiu o espaço estadual.

O curso do aparelho produtivo local vem seguindo a trilha do amargo regresso recessivo esboçada em âmbito nacional.

Comércio Internacional.**Balança Comercial Semanal – (Maio/2019) - MDIC****Fato**

Em maio a *Balança Comercial* fechou com *superávit* de US\$ 6,42 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 21,39 bilhões e *importações* de US\$ 14,97 bilhões. No ano o *superávit* é de US\$ 22,81 bilhões, resultado de *exportações* de US\$ 93,54 bilhões e *importações* de US\$ 70,74 bilhões. No mês, a *corrente do comércio* foi de US\$ 36,37 bilhões e no ano US\$ 164,28 bilhões.



Fonte: MDIC

Causa

Utilizando o critério da média diária, com relação ao mesmo mês do ano anterior, as *exportações* apresentaram crescimento de 5,6%, e as *importações* de 7,8%. Pelo mesmo critério, na comparação com o mês imediatamente anterior, houve avanço de 3,7% nas *exportações* e de 4,9% nas *importações*. A *corrente do comércio* registrou avanço de 6,5% com relação ao mesmo mês do ano anterior e de 4,2% na comparação com abril de 2019.

Em maio, na comparação com igual mês do ano anterior, houve aumento nas *exportações* de produtos *manufaturados*, 29,5% e *semimanufaturados*, 15,4%, por outro lado ocorreu queda nas *exportações* de *básicos*, 3,9%. Em termos de países, os cinco principais compradores foram: China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Chile. Pelo mesmo critério de comparação, houve expansão de 27,5% nas *importações* de *combustíveis e lubrificantes*, 16,4% nos *bens de capital* e 6,4% nos *bens intermediários*. Nos *bens de consumo*, ocorreu queda de 6,5%. Os cinco principais fornecedores para o Brasil foram: Estados Unidos, China, Hong Kong e Macau, Alemanha, Argentina e Coreia do Sul.

No acumulado do ano, frente a igual período do ano anterior ocorreu recuo de 1,1% nas *exportações* determinada por crescimento nos produtos *básicos*, 3,3% e *semimanufaturados* 1,9%. Nos produtos *manufaturados* ocorreu queda de 1,5%. Nesta comparação as *importações* cresceram 0,8%, devido ao aumento em *bens de capital*, 4,3% e *bens de intermediários*, 2,5%, por outro lado houve retração em *bens de consumo*, 5,2% e *combustíveis e lubrificantes*, 3,3%. Ainda no acumulado do ano, os principais destinos das *exportações* brasileiras foram China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos e Chile e os nossos principais fornecedores foram, China, Hong Kong e Macau, Estados Unidos, Argentina, Alemanha e Coreia do Sul.

Consequências

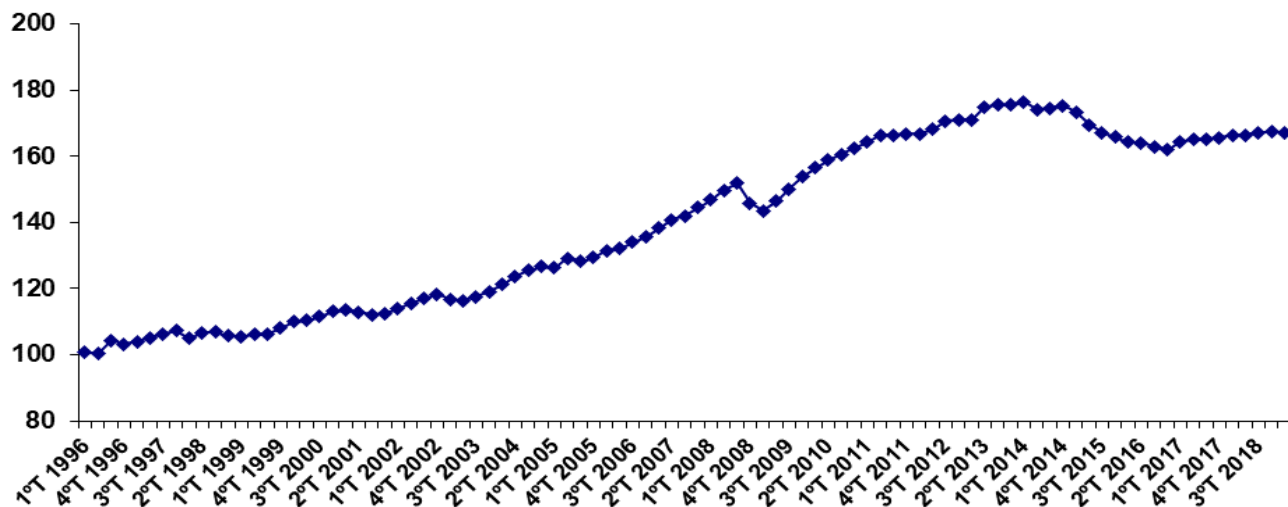
Os resultados do *comércio exterior* seguem apresentando crescimento nas *exportações* e crescimento mais intenso nas *importações* fazendo com que o *saldo comercial* fique inferior ao de 2018.

Atividade**PIB – Indicadores de Volume e Valores Correntes (1º Trimestre 2019) - IBGE.**

Fato

O *Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado* caiu 0,2% no primeiro trimestre de 2019, frente ao último trimestre de 2018, chegando a R\$ 1,71 trilhão. Com relação ao primeiro trimestre de 2018, houve avanço de 0,5%, e no acumulado dos últimos quatro trimestres a elevação foi de 0,9%.

PIB pm - Volume Trim. (1995=100)



Fonte: IBGE - Índice Série encadeada do índice de volume trimestral com ajuste sazonal (Base: média 1995 = 100) (Número índice)

Causa

Dentre os componentes da *oferta*, no primeiro trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, a *Agropecuária* teve recuo de 0,5% e a *Indústria* de 0,7%, o setor de *Serviços* cresceu 0,2%. Pelo lado da *demanda*, a *Formação Bruta de Capital Fixo* diminuiu 1,7%, por outro lado, a *Despesa de Consumo das Famílias* aumentou 0,3% e o *Consumo da Administração Pública* 0,4%. No *setor externo* as *Exportações* retrocederam 1,9% e as *Importações* tiveram crescimento de 0,5%.

No confronto com o primeiro trimestre de 2018, a *Agropecuária* apresentou queda de 0,1% e a *Indústria* de 1,1%. Os *Serviços* cresceram 1,2%. Na *demanda*, também na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o *Consumo das Famílias* aumentou 1,3%, explicado pelo comportamento positivo do crédito para pessoa física e da massa salarial. A *Formação Bruta de Capital Fixo* avançou 0,9% e o *Consumo da Administração Pública* 0,1%. As *Exportações* registraram aumento de 1,0% enquanto as *Importações* caíram 2,5%.

No acumulado dos quatro trimestres, houve desempenho de 1,1% na *Agropecuária*, estabilidade na *Indústria* e 1,2% nos *Serviços*. Pelo lado da *demanda*, a *Formação Bruta de Capital Fixo*, avançou 3,7%, a *Despesa de Consumo das Famílias* 1,5% e a *Despesa de Consumo do Governo* 0,1%. No *setor externo*, as *Exportações* avançaram 3,0% e as *Importações* 5,8%.

A taxa de investimento no primeiro trimestre de 2018 foi de 15,5% do PIB, acima do observado no mesmo trimestre do ano anterior, 15,2%. A taxa de poupança foi de 13,9%, ante 15,4% no mesmo período de 2018.

Consequências

O comportamento do *PIB* reflete a lenta e gradual recuperação da atividade econômica, tendência que deve se manter nos próximos trimestres de 2019.

Atividade

Produção Industrial Mensal (Março/2019) – IBGE

Fato

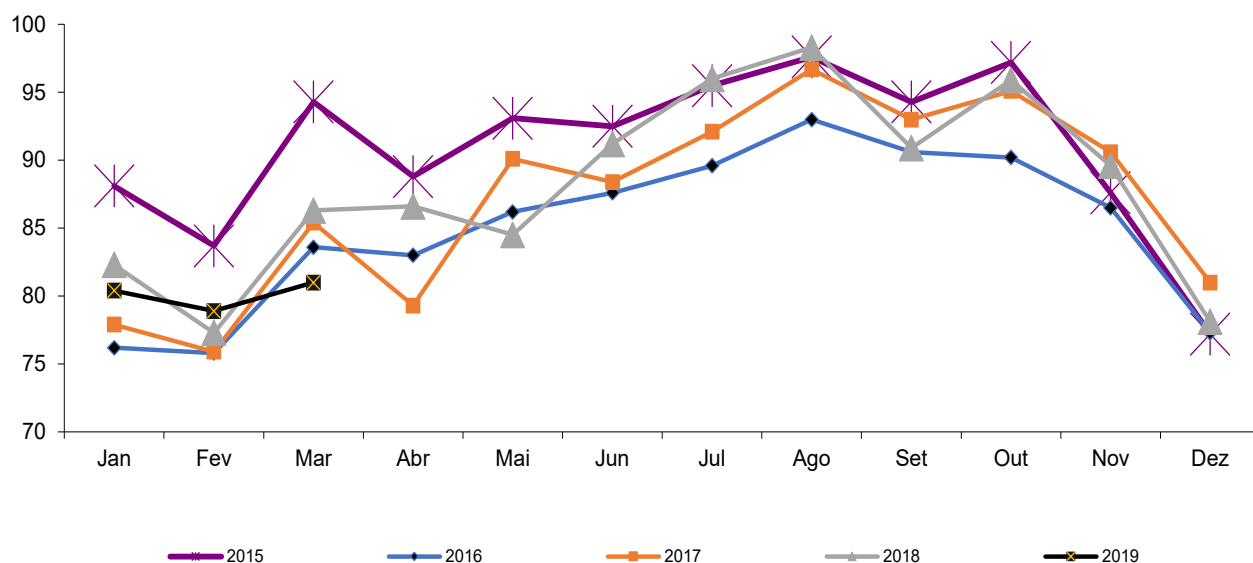
Em março, a *produção industrial* caiu 1,3% com relação ao mês anterior. Frente a março de 2018 ocorreu recuo de 6,1%, queda mais intensa desde maio de 2018. No acumulado dos últimos doze meses houve diminuição de 0,1%.

Causa

Na comparação com o mês anterior, *bens intermediários* registraram o recuo mais acentuado, 1,5%, terceiro mês consecutivo de queda, seguido de *bens de consumo duráveis*, 1,3% e *bens de consumo semi e não duráveis*, 1,1%. Por outro lado, o setor de *bens capital* registrou a única taxa positiva no mês, 0,4%, segundo avanço consecutivo, acumulando alta de 5,1% nesse período.

Com relação a março de 2018, a *produção industrial* apresentou recuo nas quatro grandes categorias econômicas, *bens de consumo duráveis*, 15,8% e *bens de capital*, 11,5% tiveram as maiores quedas. Os segmentos de *bens de consumo semi e não-duráveis* e *bens intermediários* registraram queda de 4,4% e 6,1%, respectivamente.

Produção Industrial BRASIL



Fonte: IBGE - Índice de base fixa sem ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100) (Número índice)

Consequência

A recuperação que vinha se desenhando no ano anterior parece ter perdido folego, com o setor registrando queda tanto na comparação com o mês anterior, como nos valores acumulados. Para os próximos meses a expectativa é de retomada de variações positivas.

Atividade

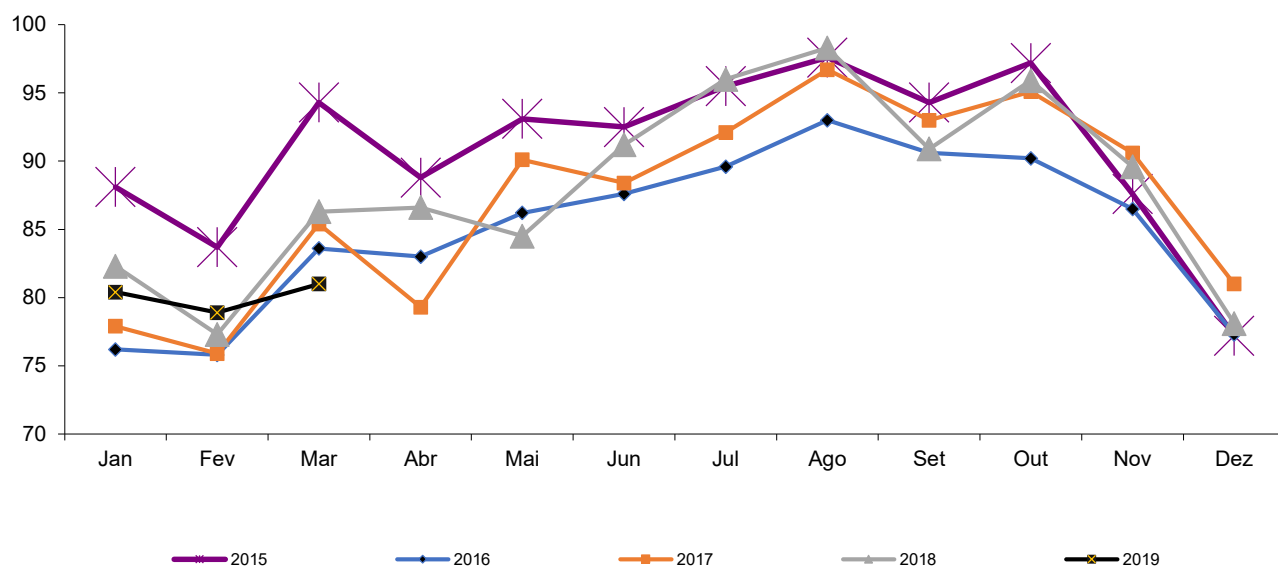
Pesquisa Industrial - Regional – Brasil (Março/2019) - IBGE

Fato

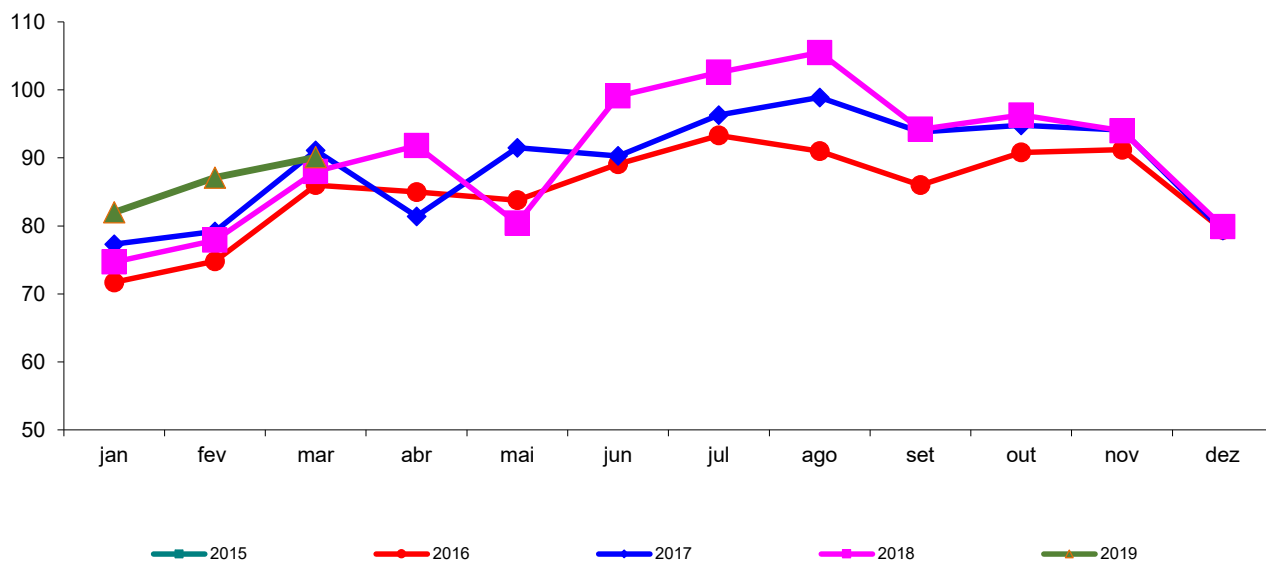
Entre fevereiro e março, a *produção industrial* caiu em nove dos quatorze locais pesquisados e na comparação com março de 2018, doze das quinze regiões pesquisadas registraram variação positivas.

No **Paraná** a *produção industrial* apresentou avanço de 1,5%, frente ao mês anterior, 2,4 % frente a março de 2018, 4,0% em doze meses e 7,8% no acumulado do ano.

Produção Industrial BRASIL



Produção Industrial PARANÁ



Fonte: IBGE - Índice de base fixa sem ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100) (Número índice)

Causa

Na comparação com o mês anterior os locais que registraram maior recuo foram: Pará, Bahia, Região Nordeste, Mato Grosso, Pernambuco, Minas Gerais e Ceará. Por outro lado, os maiores avanços foram no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e **Paraná**. Na comparação com março de 2018, as maiores quedas foram no Pará, Mato Grosso, Espírito Santo e Amazonas. Os maiores avanços foram registrados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

No **Estado do Paraná**, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, das treze atividades pesquisadas, sete registraram crescimento, os maiores impactos positivos vieram de *produtos alimentícios, coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis* e *máquinas e equipamentos*. Por outro lado, as maiores variações negativas foram em *veículos automotores, reboques e carrocerias, minerais não metálicos* e *produtos de madeira*.

Consequência

A indústria paranaense segue com desempenho superior a nacional. Para os próximos meses deve seguir esta tendência, todavia, de forma semelhante ao resultado nacional, não devem ser esperados avanços muito contundentes.

Atividade

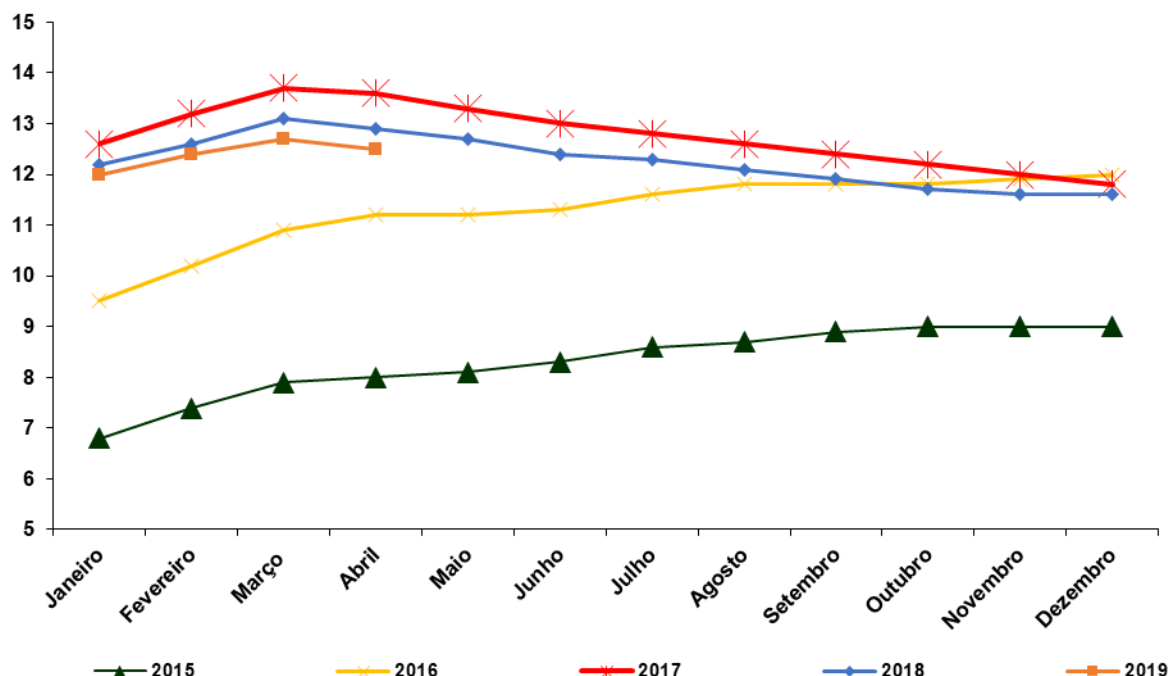
PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Trimestre – fev.-mar-abr de 2019) – IBGE

Fato

A **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** apontou, para o trimestre encerrado em abril de 2019, *taxa de desocupação* de 12,5%, com queda de 0,4 p.p. frente ao mesmo trimestre do ano anterior e expansão de 0,5 p.p., na comparação com o trimestre encerrado em janeiro. A taxa de subutilização foi de 24,9% com aumento de 0,4 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior e 0,7 p.p. na comparação com o trimestre imediatamente anterior. O *rendimento médio real habitualmente recebido* foi de R\$ 2.295 ficando estável em ambas as comparações.

Causa

No trimestre a *população desocupada* cresceu 4,4% em relação ao trimestre encerrado em janeiro e ficou estável frente ao mesmo trimestre em 2018. O número de *empregados no setor privado com carteira assinada* apresentou estabilidade frente ao trimestre anterior e crescimento de 1,5% no confronto com o mesmo trimestre de 2018.



Consequência

O nível de emprego segue em recuperação, porém, ainda tímida, tendência que deverá ser mantida ao longo do ano.

Atividade

Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (Abril/2019) – IBGE

Previsão da Safra de Grãos

Fato

Em abril, a estimativa da *safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas*, estimou uma produção de 231,5 milhões de toneladas, 2,2% superior à safra de 2018 e 0,6 %, acima da estimativa de março. A *área a ser colhida*, 62,3 milhões de hectares é 2,2% superior à de 2018 e 0,1% menor que a do mês anterior.

Causa

Frente à produção de 2018, as três principais culturas, *o arroz, o milho* e a soja que representam 92,8% da produção e respondem por 87,3% da área a ser colhida, houve queda de 4,4% para a produção de *soja*, 10,6% para o *arroz* e crescimento de 12,6% para o *milho*.

O *levantamento sistemático da produção agrícola* registrou variação positiva para nove das dezoito *culturas levantadas*: *algodão herbáceo em caroço, amendoim em casca 1ª safra, aveia, cevada em grão, feijão em grão 2ª safra, mamona em baga, milho em grão 1ª e 2ª safras, sorgo em grão e trigo em grão*. Em sentido contrário, deverão apresentar redução na quantidade produzida: *amendoim em casca 2ª safra, arroz em casca, aveia em grão, centeio em grão, feijão em grão 1ª e 3ª safras, girassol, soja em grão e triticale em grão*. Regionalmente, a produção de *cereais, leguminosas e oleaginosas* está assim distribuída: Centro-Oeste, 44,8%, Sul, 33,5%, Sudeste, 9,5%, Nordeste, 8,2%, e Norte, 4,0%.

Consequência

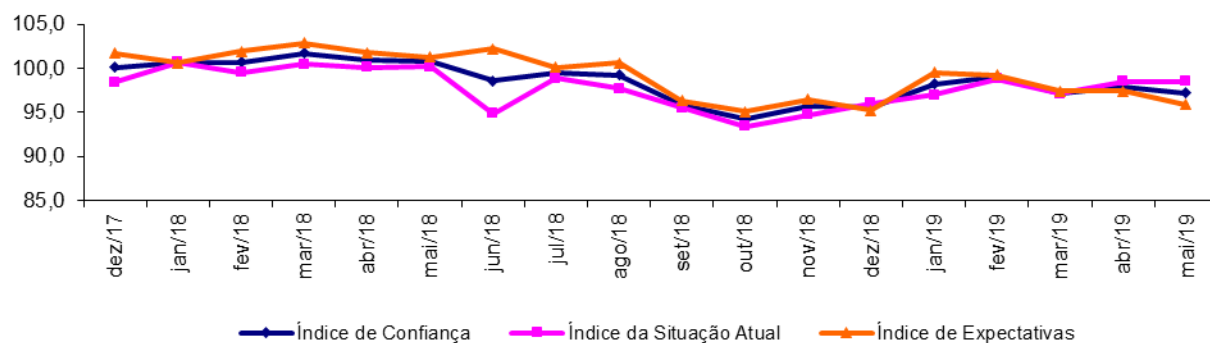
De acordo com *prognóstico* realizado pelo IBGE em abril, a *safra de grãos* em 2019 será superior à do ano anterior. Todavia este prognóstico deverá apresentar em expansão ao longo do ano, estando condicionado, ao regime de chuvas em áreas importantes para a *produção nacional*.

Atividade

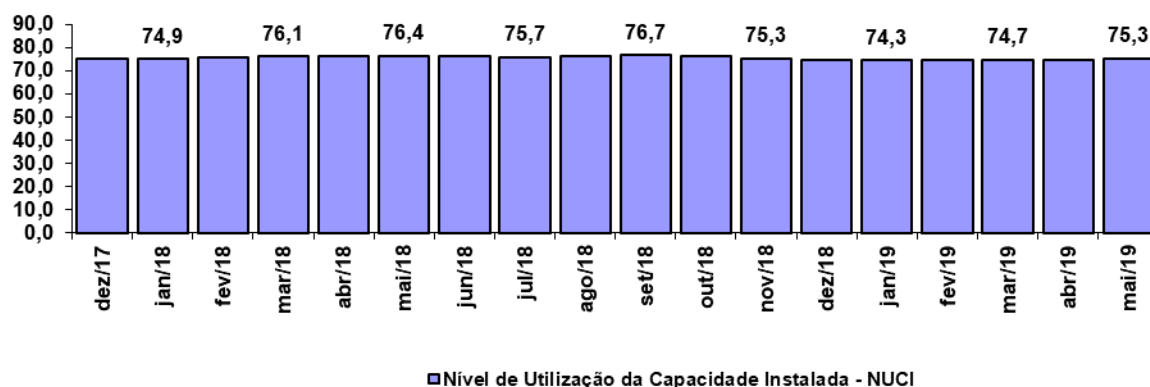
Sondagem da Indústria (Maio/2019) – FGV

Fato

Na passagem de abril para maio, o *Índice de Confiança da Indústria de Transformação ICI*, recuou 0,7 ponto, passando de 97,9 para 97,2 pontos. O *Índice da Situação Atual – ISA*, permaneceu estável em 98,5 pontos e o *Índice de Expectativas – IE*, recuou 1,5 ponto, chegando a 95,9 pontos. O *Nível de Utilização da Capacidade Instalada – NUCI* cresceu 0,8 p.p., chegando a 75,3%.



Fonte: FGV



Fonte: FGV

Causa

O indicador que mede a perspectiva de contratações do setor nos três meses seguintes recuou 3,6 pontos, exercendo a principal influência para o resultado negativo do **IE** no mês, com queda de 3,7 p.p. nas empresas que projetam aumento do **peçoal ocupado**, chegando a 13,9% e aumento de 16,8% para 17,1% nas que preveem redução.

Consequências

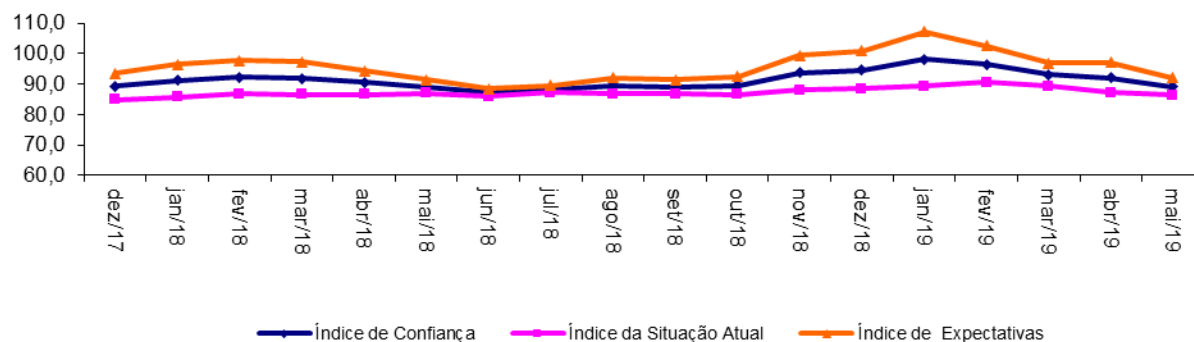
O desempenho da **indústria** tem sido condicionado pela fraca **demand interna** e pela **instabilidade política**, retratando um empresariado mais pessimista que nas sondagens anteriores.

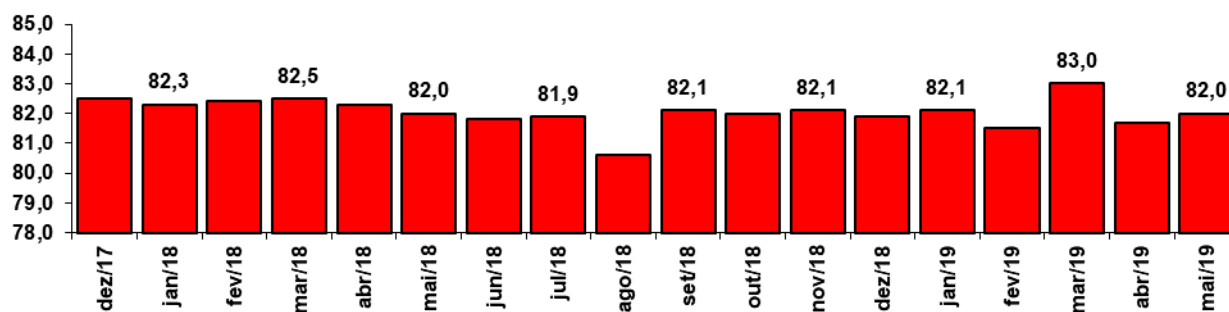
Atividade

Sondagem de Serviços (Maio/2019) – FGV

Fato

O **Índice de Confiança de Serviços - ICS** caiu 3,1 pontos na comparação com o mês anterior atingindo 89,0 pontos, voltando ao nível de maio de 2018. O **Índice da Situação Atual - ISA** diminuiu 0,9 ponto, passando para 86,3 pontos. O **Índice de Expectativas - IE** recuou 5,1 pontos, atingindo 92,0 pontos. O **NUCI** do setor de serviços avançou 0,3 p.p.





■ Nível de Utilização da Capacidade Instalada - NUCI

Fonte: FGV

Causa

No *ISA*, a queda foi consequência exclusiva do *indicador da situação atual dos negócios* que recuou 2,6 pontos. Nas *expectativas*, houve retração de 6,8 pontos na *tendência dos negócios nos seis meses seguintes* e de 3,3 pontos na *demand prevista nos três meses seguintes*.

Consequência

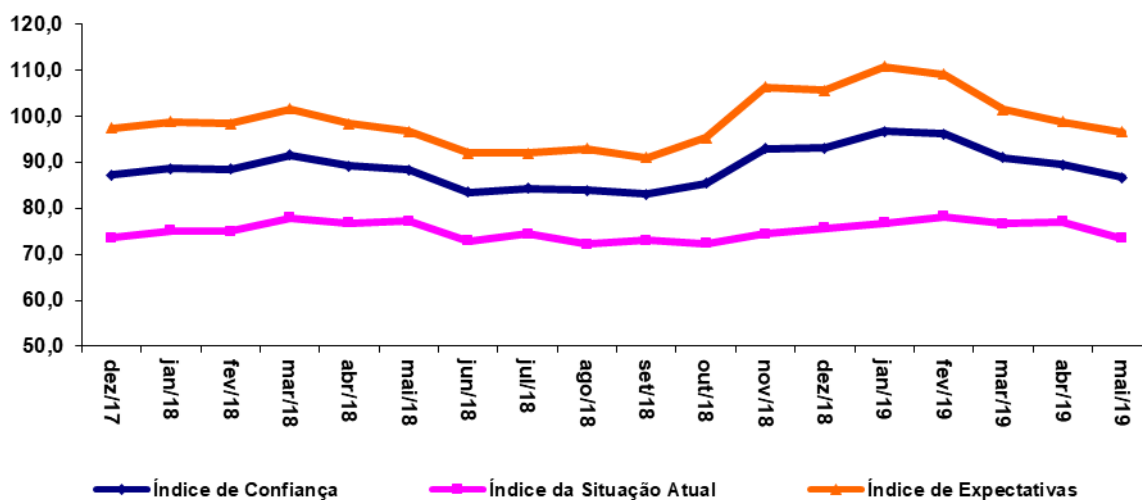
As quedas recentes sugerem um setor menos otimista com relação à evolução dos negócios nos próximos meses, não devendo ocorrer recuperação mais intensa ao longo de 2019.

Atividade

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (Maio/2019) – FGV

Fato

Entre os meses de abril e maio, o *ICC* recuou 2,9 pontos passando de 89,5 para 86,6 pontos. O *índice da Situação Atual* diminuiu 3,7 pontos, de 77,1 para 73,4 pontos, e o *Índice das Expectativas* caiu 2,2 pontos de 98,7 para 96,5 pontos.



Fonte: FGV

Causa

O indicador que mede a satisfação dos consumidores com a *economia* recuou 3,0 pontos e o indicador de *satisfação com as finanças familiares* caiu 4,4 pontos. Nas *expectativas* o indicador que mede o otimismo relacionado à *evolução da economia* foi o que mais contribuiu para a queda na confiança no mês, recuando 7,4 pontos.

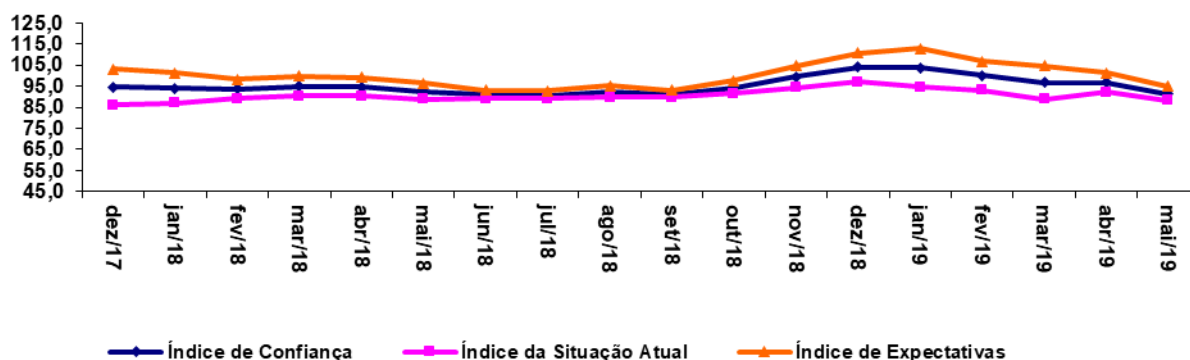
Consequência

A queda no mês reflete a lenta recuperação econômica, a *questão do emprego* que demora a reagir e a *instabilidade no ambiente político*.

Atividade

Fato

O *Índice de Confiança do Comércio - ICom* recuou 5,4 pontos entre abril e maio, passando de 96,8 para 91,4 pontos. O *Índice da Situação Atual - ISA* ficou caiu 4,0 pontos registrando 88,3 pontos, o menor nível desde janeiro e o *Índice de Expectativas - IE* caiu 6,6 pontos chegando 94,8 pontos.



Fonte: FGV

Causa

Em maio, a confiança caiu em onze dos treze segmentos, motivado tanto por uma piora no momento presente como nas expectativas, situação bastante frequente desde janeiro passado.

Consequência

O índice tem sido influenciado por fatores econômicos e políticos, condicionando a atitude do setor, que apresentam cautela no planejamento dos próximos meses.

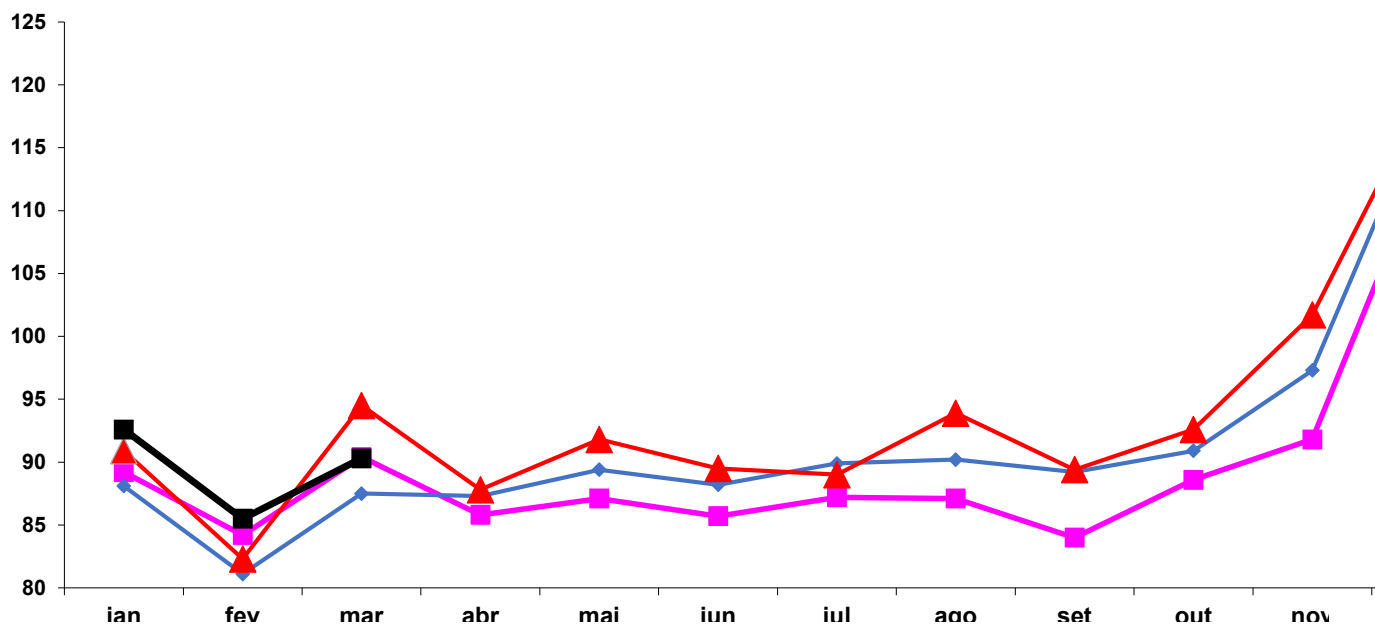
Atividade

Pesquisa Mensal do Comércio (Março/2019) – IBGE

Fato

No mês de março, o *volume de vendas do comércio varejista*, com ajuste sazonal, frente ao mês anterior, cresceu 0,3%, e a *receita nominal* 0,8%. Nas demais comparações, sem ajustamento, as taxas para o *volume de vendas* foram de queda de 4,5% sobre março de 2018 e crescimento de 1,3% no acumulado dos últimos doze meses. A *receita nominal* obteve taxas de 0,2% com relação a igual mês de 2018 e 4,7% no acumulado em doze meses. No acumulado do trimestre o *volume de vendas*, atingiu variação de 0,3%, e a *receita nominal*, de 4,0%.

No comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de *Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção*, as variações para o *volume de vendas* foram: 1,1% em relação ao mês anterior, queda de 3,4%, frente a março de 2018, crescimento de 2,3% no acumulado do trimestre e 3,9% nos últimos doze meses. Para a *receita nominal* as variações foram de 1,6% em relação ao mês anterior, de 0,3%, frente a março de 2018, 5,3% no acumulado do trimestre e de 6,6% nos últimos doze meses.



Fonte: IBGE - Índices de volume de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

Na série ajustada do *comércio varejista*, calculada com relação ao mês anterior, cinco das oito atividades pesquisadas tiveram queda no *volume de vendas*, com destaque negativo por ordem de peso para: *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, 0,4%, *Combustíveis e lubrificantes*, 0,8%, *Móveis e eletrodomésticos*, 0,1%, *Tecidos, vestuário e calçados*, 2,5% e *Livros, jornais, revistas e papelaria*, 4,1%. Os segmentos que se destacaram no sentido de alta foram: *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, 0,7% e *Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação*, 2,9%. Considerando o *comércio varejista ampliado* ocorreu avanço em *Veículos e motos, partes e peças*, 4,5% e em *Material de Construção*, 2,1%.

Consequência

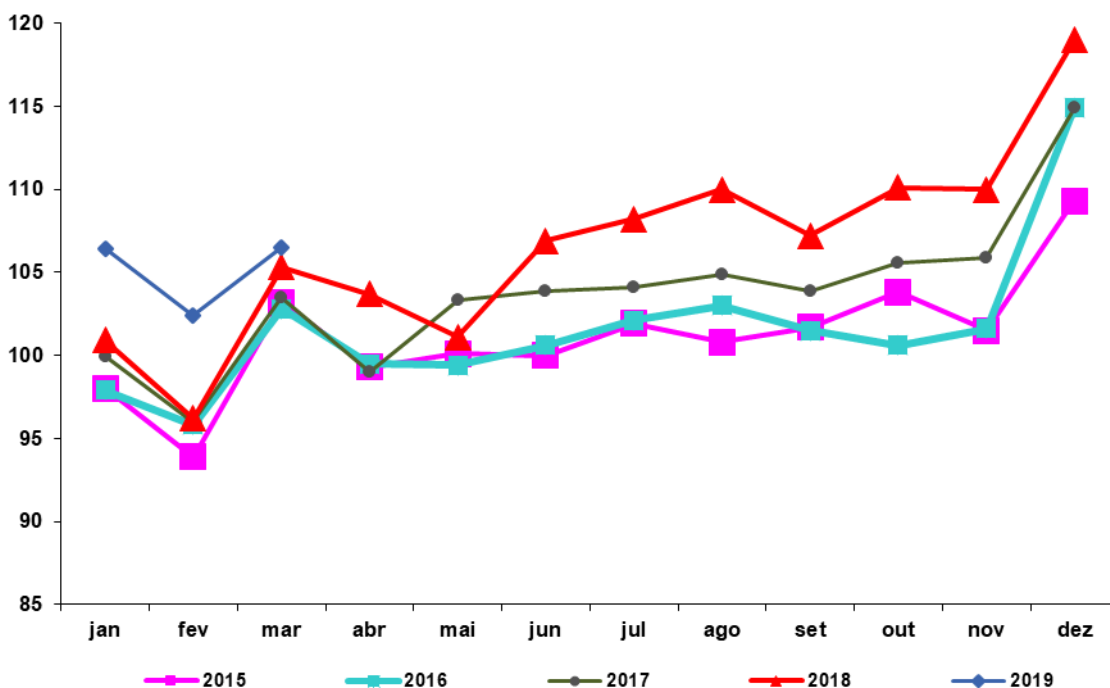
O resultado do mês demonstra a frágil recuperação do setor, que segue apresentando altos e baixos, sem o vigor necessário para a retomada do crescimento. Nos próximos meses, deverá ocorrer continuidade no crescimento, porém sem registrar grande intensidade.

Atividade

Pesquisa Mensal de Serviços (Março/2019) – IBGE

Fato

No mês de março frente ao mês do ano anterior, o *volume de serviços* caiu 0,7% e a *receita nominal dos serviços* 0,6%. Frente a igual mês do ano anterior o recuo no *volume de serviços* foi de 2,3% e a *receita nominal dos serviços* cresceu 1,1%. No acumulado em doze meses a taxa do *volume de serviços* cresceu 0,6% e a *receita nominal* 3,5%.



Fonte: IBGE

Índices de volume e de receita nominal de vendas no comércio varejista por tipos de índice (2003 = 100)

Causa

No confronto com o mesmo mês do ano anterior, com relação ao volume de serviços houve recuo em três das cinco atividades, a influência negativa mais intensa foi em *Transportes, Serviços Auxiliares, dos Transportes e Correio*, com queda de 7,1%, seguido de *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares*, com recuo de 2,7%, e *Outros Serviços*, 1,3%. As duas atividades com crescimento no mês foram e *Serviços Prestados às Famílias*, 4,4% e *Serviços de Informação e Comunicação* 0,8%.

Consequência

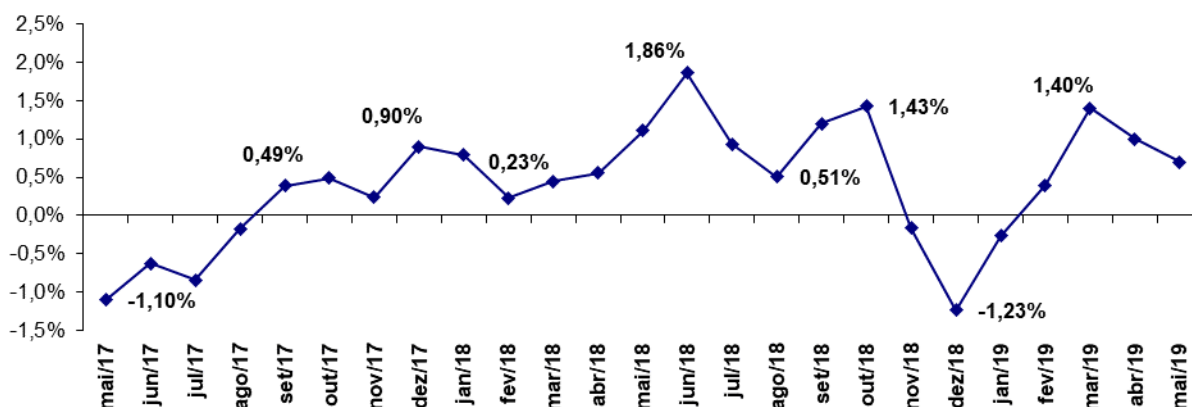
O segmento de *Serviços* segue apresentando variações negativas, embora menos expressivas do que nos períodos anteriores, devendo seguir em lento processo de recuperação.

Inflação

IGP-10 (Maio/2019) – FGV

Fato

O IGP-10 registrou variação de 0,70% em maio, diminuindo 0,30 p.p. com relação a abril. No acumulado em doze meses à variação é de 8,02%.



Fonte: FGV

Causa

No mês de maio, dentre os componentes do **IGP**, a variação do **IPA** recuou 0,35 p.p., apresentando variação de 0,84%. Neste, a maior desaceleração foi proveniente das *Matérias-Primas Brutas*, com variação 0,75 p.p. abaixo do registrado em abril, chegando ao percentual de 0,78%. Contribuiu para este decréscimo *soja, milho e mandioca*. Os *Bens Finais* tiveram variação de 0,77%, resultado 0,71 p.p. menor do que a variação de abril, com destaque para *alimentos in natura para produção*. Os *Bens Intermediários* tiveram avanço de 0,33 p.p., com variação de 0,95%. A maior aceleração foi originada em *materiais e componentes para a manufatura*.

O **IPC** teve desaceleração de 0,26 p.p. com o grupo *Alimentação* sendo o principal responsável pela menor variação do índice, neste grupo sobressaiu-se o item *hortaliças e legumes*. Os grupos *Transportes, Habitação, Vestuário e Comunicação* também apresentaram variações menores nos preços. O **INCC** apresentou breve desaquecimento de 0,04 p.p., com menor variação em *Materiais e Equipamentos e Serviços* e maior variação em *Mão de Obra*.

Consequência

Apesar do desaquecimento o **IGP-10** ainda segue em patamar elevado, principalmente nos valores acumulados. Para os próximos meses, a expectativa é de retomada de variações em patamares menores.

Inflação

IGP-M (Maio/2019) – FGV

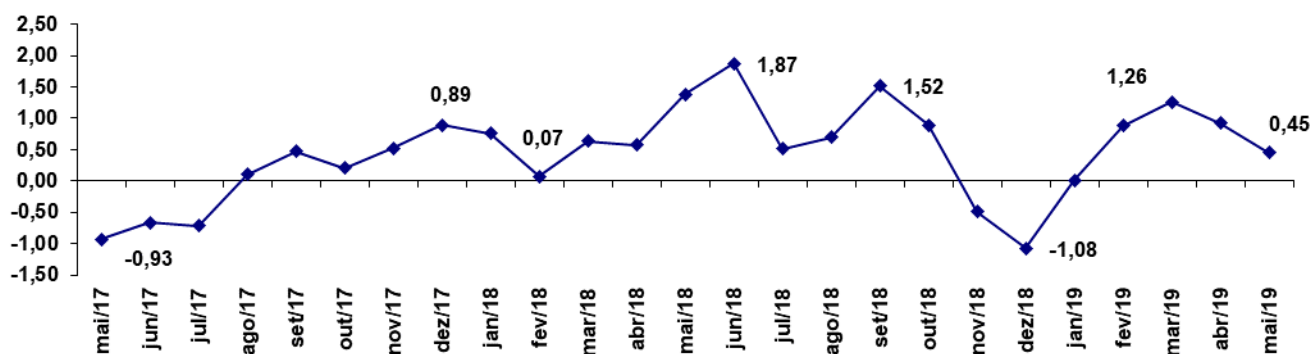
Fato

O **IGP-M** registrou variação de 0,45% em maio, caindo 0,47 p.p. com relação a abril. Em doze meses o acumulado é 7,64%.

Causa

Dos índices que compõe o **IGP-M**, o **IPA**, que tem a maior participação na composição do **IGP-M** (60%), apresentou desaceleração de 0,53 p.p., com variação de 0,54%. O desaquecimento foi consequência principalmente do movimento em *Bens Finais* com recuo 1,24 p.p., com destaque para *alimentos in natura*. As *Matérias-Primas Brutas* desaceleraram 0,90 p.p., decorrente de *soja, laranja e mandioca*. Os *Bens Intermediários* tiveram variação 0,48 p.p. menor, em decorrência do recuo em *combustíveis e lubrificantes para a produção*.

O **IPC** variou 0,35% em maio, recuando 0,34 p.p., com menor variação em *Alimentação*, dado desaquecimento em *hortaliças e legumes*. Também foram computados decréscimos em *Vestuário e Educação, Leitura e Recreação, Transportes, Habitação e Comunicação*. No **INCC** a variação foi 0,40 p.p. inferior à registrada no mês anterior, com desaquecimento em *Materiais e Equipamentos, Serviços e Mão de Obra*.



Fonte: FGV

Consequência

Para os próximos períodos a expectativa é de continuidade na trajetória de queda, induzindo também menor variação nos valores acumulados.

Inflação

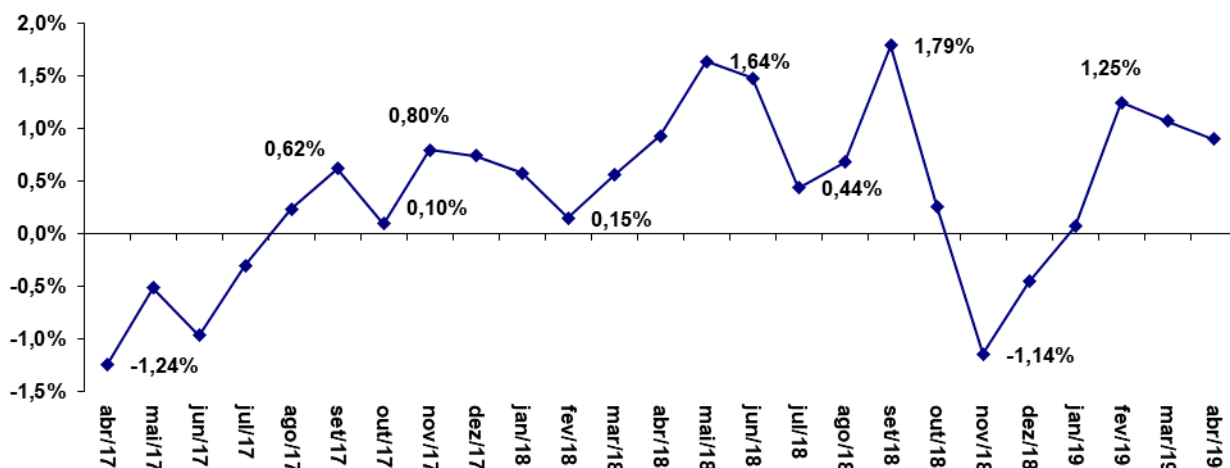
IGP-DI (Abril/2019) – FGV

Fato

O *Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna* - **IGP-DI** registrou variação de 0,90% em abril, desacelerando 0,17 p.p. frente ao mês anterior. Nos últimos doze meses, o índice acumula alta de 8,25%.

Causa

Na composição do **IGP-DI**, o **IPA** diminuiu sua taxa de variação em 0,26 p.p., atingindo 1,09%. As *Matérias-Primas Brutas* foram as principais responsáveis pelo desaquecimento, registrando variação 0,56 p.p. menor do que no mês anterior, chegando a 1,19%, com destaque descendente para *soja, milho e mandioca*. Os *Bens Finais* diminuíram a taxa de variação em 0,49 p.p., por conta de *alimentos in natura*. Por outro lado, os *Bens Intermediários* tiveram aceleração de 0,21 p.p., com variação de 0,89%, sendo o principal responsável por este movimento o subgrupo *materiais e componentes para a manufatura*. No **IPC** houve desaquecimento de 0,02 p.p., decorrente da desaceleração nos preços do grupo *Alimentação*, em decorrência da menor variação do item *hortaliças e legumes*. Também apresentaram menor variação: *Transportes e Comunicação*. O **INCC** registrou aceleração de 0,07 p.p., com avanço em *Materiais, Equipamentos* e em *Mão de Obra* e recuo em *Serviços*.



Fonte: FGV

Consequência

O **IGP-DI** voltou a apresentar *desaceleração* pelo segundo mês consecutivo, embora ainda permaneça em patamar elevado. Para os próximos períodos a expectativa é de continuidade na trajetória de queda.

Inflação

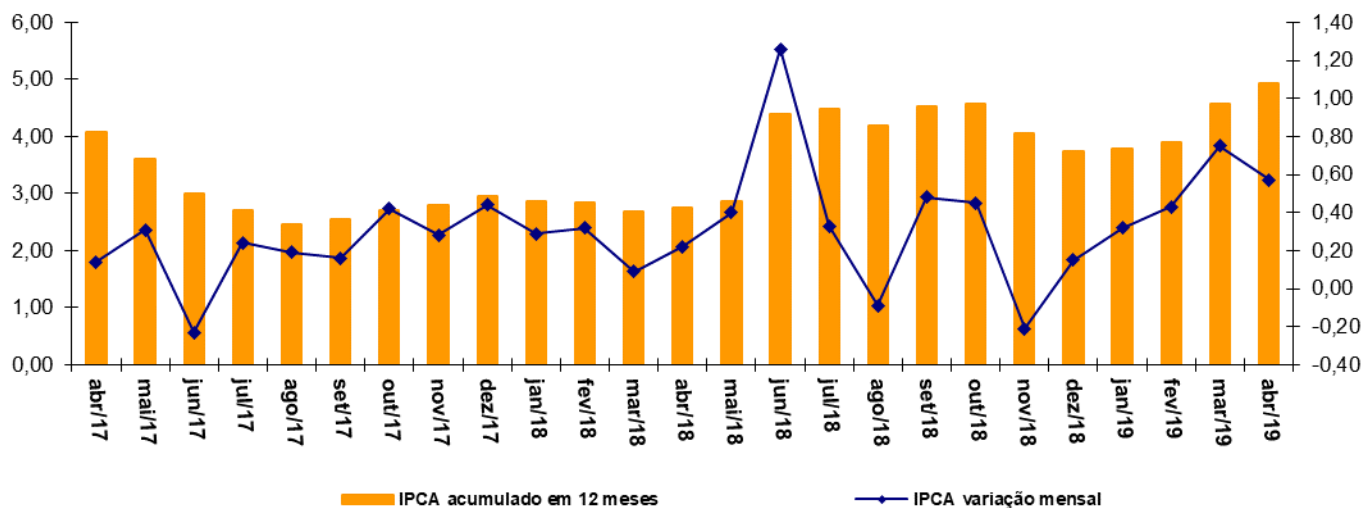
IPCA (Abril/2019) – IBGE

Fato

O **IPCA** variou 0,57% em abril, 0,18 p.p. abaixo da variação de março. O índice acumulado em doze meses é de 4,94%, 0,36 p.p. maior do registrado nos doze meses imediatamente anteriores. No ano, o acumulado ficou em 2,09 %. Em **Curitiba** o índice caiu 0,26 p.p., registrando variação de 0,57% em abril, 1,63% no ano e 4,50% em doze meses.

Causa

O resultado do mês veio principalmente dos grupos *Alimentação e Bebidas, Transportes e Saúde e Cuidados Pessoais*, com variações por ordem de 0,63%, 0,94% e 1,51%. Junto estes grupos corresponderam por 89,5% do índice no mês, com impactos de 0,16 p.p., 0,17 p.p. e 0,18 p.p., respectivamente. No grupo *Alimentação e Bebidas* os destaques foram: *feijão-carioca, frutas, tomate, frango inteiro, cebola e carnes*. Nos *Transportes* a principal influência veio da *gasolina* e em *Saúde e Cuidados Pessoais* as maiores altas foram em *remédios, higiene pessoal, perfumes e plano de saúde*.



Fonte: IBGE

Consequência

A exemplo de outros índices de inflação, o **IPCA** teve recuo no mês, embora permaneça em patamar bastante elevado. Para os próximos períodos é esperada continuidade na trajetória de queda, ficando, porém, condicionada ao comportamento dos *Alimentos*.

Inflação

IPCA - 15 (Maio/2019) – IBGE

Fato

O IPCA – 15 registrou variação de 0,35% em maio, 0,37 p.p. abaixo do registrado em abril. Nos últimos doze meses o acumulado é de 4,93%, e no ano, 2,27%. **Em Curitiba a variação foi de 0,32%**, 0,48 p.p. inferior ao registrado em abril, acumulando 1,54% no ano e 4,28% em doze meses.

Causa

A desaceleração do índice foi decorrente de deflação nos grupos *Artigos de Residência e Comunicação*, que tiveram variações negativas de 0,36% e 0,04%, respectivamente. Os grupos *Alimentação e Bebidas* e *Educação* não tiveram variação no mês. As pressões ascendentes partiram de *Saúde e Cuidados Pessoais*, com variação de 1,01% e *Transportes*, que aumentaram 0,65%.

Consequência

No mês o índice apresentou desaceleração, com deflação em dois dos nove grupos pesquisados. Para os próximos meses as expectativas são de continuidade no arrefecimento.

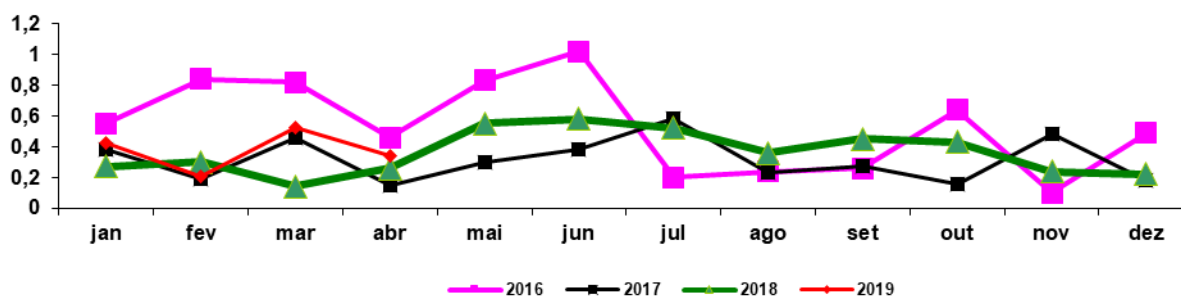
Inflação

Custos e Índices da Construção Civil (Abril/2019) – IBGE - Caixa Econômica Federal

Fato

O *Índice Nacional da Construção Civil* variou 0,34% em abril, 0,18 p.p. abaixo do resultado de março. Em doze meses, o acumulado é de 4,95%, maior do que o registrado nos doze meses imediatamente anteriores, 4,86%. O *custo nacional por metro quadrado* passou de R\$ 1.126,82, em março, para R\$ 1.130,67 em abril sendo R\$ 590,15 relativos aos *materiais* e R\$ 540,52 à *mão-de-obra*.

No **Estado do Paraná**, as variações foram de 0,57% no mês, 1,71% no ano e 6,02% em doze meses, e o *custo médio* atingiu R\$ 1.151,19.



Fonte: IBGE e CAIXA

Causa

Na composição do índice a parcela dos *materiais* variou 0,33%, 0,46 p.p. abaixo do índice de março, e a componente *mão-de-obra*, avançou 0,13 p.p., atingindo 0,36%. No mês as variações regionais foram: 0,53% na Região Norte, 0,46% na Região Nordeste, 0,25% no Sudeste, 0,20% no Centro-Oeste, e 0,33% no Sul. Ainda na verificação regional, os *custos* foram os seguintes: Sudeste, R\$ 1.180,74, Sul, R\$ 1.175,96, Norte, R\$ 1.135,07, Centro-Oeste, R\$ 1.131,69 e Nordeste R\$ 1.050,49.

Consequência

No mês o índice registrou recuo, para maio deverá ocorrer *aquecimento sazonal* decorrente do *dissídio coletivo* da categoria em São Paulo, para o restante do ano não deverão ocorrer grandes sobressaltos.

Inflação

IPP - Índices de Preço ao Produtor (Abril/2019) – IBGE

Fato

O IPP apresentou variação de 1,27% em abril, ficando, portanto, 0,32 p.p. inferior à variação do mês anterior. No acumulado em 12 meses a variação atingiu 8,61% e no ano a variação foi de 2,57%.

Causa

Na comparação com o mês anterior, as quatro maiores variações foram em *refino de petróleo e produtos de álcool, indústrias extrativas, metalurgia e móveis*. Ainda na comparação com o mês anterior as maiores influências foram *refino de petróleo e produto de álcool, alimentos, indústrias extrativas e metalurgia*.

No indicador acumulado do ano, sobressaíram-se as variações positivas em *refino de petróleo e produtos de álcool, indústrias extrativas, outros produtos químicos, e confecção de artigos do vestuário e acessórios*. No ano as maiores influências vieram de *refino de petróleo e produtos de álcool, indústrias extrativas, outros produtos químicos, e veículos automotores*.

Consequência

O elevado patamar que os preços ao produtor que vem apresentando ao longo do ano, devem se configurar em maiores *pressões inflacionárias* por meio do maior repasse para os *preços no varejo*.

Operações de Crédito

Nota à Imprensa (Abril/2019) - BACEN

Fato

O estoque *das operações de crédito do sistema financeiro* atingiu R\$ 3.268 bilhões em abril. A relação entre o *crédito total e o PIB* atingiu 47%. A taxa média geral de juros das operações de crédito do sistema financeiro, computadas as operações com recursos livres e direcionados alcançou 25,3% a.a. e a taxa de inadimplência manteve-se estável em 3,0%.

Causa

O volume total das operações de crédito em abril manteve-se estável no mês e cresceu 5,4% em doze meses. Os empréstimos contratados com recursos livres atingiram R\$ 1.784 bilhões, aumentando 0,3% no mês e 11,3% com relação a abril de 2018. No segmento de *pessoa jurídica*, houve recuo de 0,9% no mês e avanço de 9,0% em doze meses, chegando a R\$ 800 bilhões, com destaque para a queda para *desconto de duplicatas e recebíveis*. Os empréstimos realizados às *pessoas físicas* aumentaram 1,3% no mês e 13,2% em doze meses, atingindo R\$ 984 bilhões, sobressaindo operações de crédito pessoal consignado, financiamento de veículos e cartão de crédito à vista.

No crédito direcionado houve queda de 0,4% no mês e de 0,9% em doze meses, chegando a R\$ 1.484 bilhões. Esse desempenho, no mês, resultou de decréscimos de 1,3% para *pessoas jurídicas* e aumento de 0,2% no crédito para *pessoas físicas*.

As *taxas médias geral de juros* permaneceram estáveis no mês e caíram 0,4 p.p. nos últimos doze meses. Para *persona física* a *taxa média de juros* atingiu 31,7% a.a., com estabilidade no mês e redução de 0,9 p.p. em doze meses. Nas *personas jurídicas*, foi registrado recuo de 0,1 p.p. em relação ao mês anterior chegando a 15,8% a.a.

A *taxa de inadimplência do sistema financeiro* manteve-se em 3,0%, com estabilidade no mês e queda de 0,3 p.p. no confronto com abril de 2018. A *taxa de inadimplência* relativa às *personas físicas* manteve-se estável no mês e para *personas jurídicas* houve aumento de 0,1 p.p, situando-se respectivamente em 3,4% e 2,6%, respectivamente.

Consequência

Ao longo do ano o indicador não deverá mostrar expansão mais intensa, devendo permanecer estável, refletindo a *tímida recuperação da atividade econômica*.

Setor Externo

Nota à Imprensa (Abril/2019) - BACEN

Fato

Em abril, o *Saldo de Transações Correntes* registrou déficit de US\$ 62 milhões. As *reservas internacionais no conceito de liquidez* diminuíram US\$ 366 milhões, totalizando US\$ 383,8 bilhões e a *dívida externa* somou US\$ 328,1 bilhões, com aumento de aproximadamente US\$ 7,5 bilhões na comparação com dezembro de 2018.

Causa

Em doze meses, o *saldo da conta de transações correntes* registrou déficit de US\$ 13,7 bilhões, equivalente a 0,73% do PIB. Na conta de renda primária, os gastos com juros somaram US\$ 1,4 bilhão e o das despesas líquidas de lucros e dividendos, US\$ 1,5 bilhão. Na *conta financeira*, os ingressos líquidos de *investimentos diretos no país* somaram US\$ 7,0 bilhões no mês, acumulando US\$ 92,5 bilhões nos últimos doze meses, equivalente a 4,96%.

A movimentação das *reservas*, durante o mês de abril foi consequência, principalmente, de *concessão de operações de recompra* e *receitas de remuneração de reservas*. A *dívida externa* de médio e longo prazo aumentou US\$ 4,96 bilhões frente a dezembro de 2018, atingindo US\$ 258,7 bilhões e a de curto prazo chegou em US\$ 69,36 bilhões, com aumento de US\$ 2,5 bilhões, também na comparação com dezembro de 2018.

Consequência

Os *indicadores externos da economia brasileira* apresentam estabilidade, com significativa melhora e diminuição da preocupação como o *déficit em transações correntes*.

Política Fiscal

Nota à Imprensa (Abril/2019) - BACEN

Fato

Em abril, o *setor público não financeiro* registrou *superávit primário* de R\$ 6,64 bilhões. No acumulado no ano o *superávit* atingiu R\$ 19,97 bilhões e considerando o fluxo de doze meses o *déficit* é de R\$ 95,58 bilhões (1,37% do PIB). A *dívida líquida do setor público* alcançou R\$ 3.770 bilhões (54,2% do PIB), diminuindo 0,1 p.p. do PIB no confronto com o mês anterior e aumentou 0,1 p.p. em doze meses. O *montante dos juros apropriados* atingiu R\$ 34,69 bilhões, no mês, e R\$ 389,50 bilhões, em doze meses (5,60% do PIB). O *resultado nominal* registrou *déficit* de R\$ 28,05 bilhões no mês e 485,07 bilhões, 6,98% do PIB em doze meses.

Causa

Na composição do *superávit primário*, no mês, o *Governo Central* e os *Governos Regionais* registraram por ordem *superávit* de R\$ 6,1 bilhões e R\$ 731 milhões. As *Empresas Estatais* tiveram déficit de R\$ 227 milhões. Com relação aos *juros apropriados* em doze meses, houve crescimento de R\$ 5,0 bilhões em relação a abril de 2018. Com relação à *Dívida Líquida do Setor Público* como percentual do PIB, no ano, o avanço foi consequência da *incorporação dos juros*. O *superávit primário*, o efeito da *desvalorização cambial acumulada*, o *ajuste de paridade da cesta de moedas* e o *crescimento do PIB nominal* mitigaram este crescimento.

Consequência

Como consequência da *desaceleração da atividade econômica* e de *adoção de políticas expansionistas* num passado recente, o resultado de *déficit acumulado* tem se repetido nos últimos meses. Para os próximos períodos é esperada continuidade na busca da geração de *superávit primário mensal*.

EXPECTATIVA MÉDIA ANUAL DO MERCADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA: PIB, JUROS, CÂMBIO E INFLAÇÃO - 2019-2023

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB	TAXA DE JUROS SELIC	TAXA DE CÂMBIO R\$/US\$	TAXA DE INFLAÇÃO IPCA
2019	1,31	6,22	3,79	4,09
2020	2,41	7,10	3,81	3,99
2021	2,60	7,68	3,85	3,83
2022	2,58	7,57	3,90	3,72
2023	2,54	7,55	3,95	3,71

FONTE: Banco Central do Brasil, GERIN. Com base nas expectativas de 24/05/2019 Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (% PIB) – COMPARAÇÃO MENSAL - ABRIL 2009-2019

ANO	GOVERNO FEDERAL	BACEN	GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS	EMPRESAS ESTATAIS	SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO
2009	25,6	-0,67	12,87	0,84	38,65
2010	28,3	-1,2	11,72	0,66	39,48
2011	26,72	-1,14	11,23	0,62	37,42
2012	23,48	-0,99	10,45	0,55	33,49
2013	22,32	-1,23	10,48	0,58	32,16
2014	20,58	-0,96	10,57	0,58	30,76
2015	22,28	-1,99	11,33	0,72	32,35
2016	28,61	-2,58	12	0,9	38,92
2017	37,83	-2,79	11,61	0,88	47,53
2018	41,52	-2,72	12,11	0,94	51,84
2019	43,53	-2,74	12,54	0,89	54,22

FONTE: Banco Central do Brasil, DEPEC.

Sinal convencional utilizado: ... dado não disponível

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM CURITIBA – ABRIL/2019

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	CURITIBA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	29.202	70,66	41.328	27,92	104.601	2,12	1.374.628
DESLIGAMENTOS	25.584	71,32	35.870	27,23	93.948	2,05	1.245.027
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2018	677.256	70,02	967.265	26,01	2.603.794	1,76	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	154.704	72,06	214.681	23,56	656.665	1,88	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	3.618		5.458		10.653		129.601

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Curitiba em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – ABRIL/2019

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	3.526	8,53	41.328	3,37	104.601	0,26	1.374.628
DESLIGAMENTOS	3.079	8,58	35.870	3,28	93.948	0,25	1.245.027
Nº EMPREGOS FOMAI S EM 01/JAN/2018	88.517	9,15	967.265	3,4	2.603.794	0,23	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	14.959	6,97	214.681	2,28	656.665	0,18	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	447		5.458		10.653		129.601

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de São José dos Pinhais em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL CLT EM ARAUCÁRIA – ABRIL/2019

MOVIMENTAÇÃO AGREGADA	ARAUCÁRIA	%	MICRO REGIÃO	%	PARANÁ	%	BRASIL
ADMISSÕES	1.590	3,85	41.328	1,52	104.601	0,12	1.374.628
DESLIGAMENTOS	1.229	3,43	35.870	1,31	93.948	0,1	1.245.027
Nº EMPREGOS FOMAIIS EM 01/JAN/2018	37.024	3,83	967.265	1,42	2.603.794	0,1	38.410.428
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5.713	2,66	214.681	0,87	656.665	0,07	8.214.037
VARIAÇÃO ABSOLUTA	361		5.458		10.653		129.601

FONTE: CAGED

OBS. Os percentuais indicados representam a participação de Araucária em sua microrregião, no Paraná e no Brasil.

EVOLUÇÃO DIÁRIA DO ÍNDICE BOVESPA (IBOVESPA) -JUN/2018 – MAI/2019

DIA	JAN/19	FEV/19	MAR/19	ABR/19	MAI/19	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18
1			94.603,75	96.054,45		77.239,75		79.301,65		78.623,66	88.419,05	
2	91.012,31			95.386,76	95.527,62		72.839,74	79.636,69		81.612,28		
3	91.564,25			94.491,48	96.007,89		73.667,76	81.434,98	76.192,74	83.273,40		89.820,09
4	91.840,79	98.588,63		96.313,06		78.596,06	74.743,12		74.711,80	82.952,81		88.624,45
5		98.311,20		97.108,17		76.641,72	74.553,06		75.092,27	82.321,52	89.598,16	89.039,80
6		94.635,57	94.216,87		95.008,66	76.117,22	75.010,39	81.050,76	76.416,02		88.668,92	88.846,49
7	91.699,05	94.405,59	94.340,17		94.388,73	73.851,46		80.346,53			87.714,35	88.115,08
8	92.031,86	95.343,10	95.364,85	97.369,29	95.596,61	72.942,07		79.151,70		86.083,92	85.620,14	
9	93.613,04			96.291,79	94.807,85			78.767,99		86.087,55	85.641,22	
10	93.805,93			95.953,45	94.257,56		74.862,38	76.514,36	76.436,36	83.679,12		85.914,71
11	93.658,31	94.412,91	98.026,62	94.754,70		72.307,77	74.398,55		74.656,51	82.921,08		86.419,58
12		96.168,40	97.828,03	92.875,00		72.754,13	75.856,23		75.124,81		85.524,70	86.977,46
13		95.842,40	98.903,88		91.726,54	72.122,14	76.594,36	77.496,46	74.686,68		84.914,11	87.837,59
14	94.474,13	98.015,09	98.604,67		92.092,44	71.421,19		78.602,12	75.429,10		85.973,06	87.449,51
15	94.055,72	97.525,91	99.136,74	93.082,97	91.623,44	70.757,73		77.077,50		83.359,77		
16	94.393,07			94.333,31	90.024,47		76.652,59	76.818,72		85.717,57	88.515,27	
17	95.351,09			93.284,75	89.992,73		78.130,30	76.028,51	76.788,86	85.763,96		86.399,68
18	96.096,75	96.509,89	99.993,92	94.578,26		69.814,74	77.362,64		78.313,97	83.847,12		86.610,50
19		97.659,15	99.588,37			71.394,34	77.486,84		78.168,66	84.219,75	87.900,84	85.673,53
20		96.544,81	98.041,37		91.946,19	72.123,41	78.571,29	76.327,89	78.116,02			85.269,30
21	96.009,77	96.932,27	96.729,08		94.484,63	70.074,90		75.180,40	79.444,29		87.268,80	85.697,16
22	95.103,38	97.885,60	93.735,15	94.588,06	94.360,66	70.640,65		76.902,31		85.596,70	87.477,44	
23	96.558,42			95.923,24	93.910,03		77.996,12	75.633,77		85.300,04	86.230,23	
24	97.677,19			95.045,43	93.627,80		79.154,99	76.262,24	77.984,19	83.063,56		
25		97.239,90	93.662,01	96.552,03		70.952,97	80.218,05		78.630,15	84.083,51		
26		97.602,50	95.306,82	96.236,04		71.404,59	79.405,34		78.656,16	85.719,88	85.546,51	85.136,11
27		97.307,31	91.903,40		94.864,25	70.609,01	79.866,11	77.929,69	80.000,09		87.891,18	85.460,21
28	95.443,88	95.584,35	94.388,940		96.392,76	71.766,53		77.473,18	79.342,43		89.250,83	87.887,27
29	95.639,33		95.414,55	96.187,75	96.566,55	72.762,52		78.388,84		83.796,71	89.709,57	
30	96.996,21			96.353,33	97.457,36		80.275,60	76.404,10		86.885,71	89.504,03	
31	97.393,74				97.030,32		79.220,44	76.677,53		87.423,55		
MÍNIMO	91.012,31	94.405,59	91.903,40	94.491,48	89.992,73	69.814,74	72.839,74	75.180,40	74.656,51	78.623,66	84.914,11	85.136,11
MÁXIMO	97.677,19	98.588,63	99.993,92	96.353,33	97.457,36	78.596,06	80.275,60	81.434,98	80.000,09	87.423,55	89.709,57	89.820,09

FONTE: BM&FBovespa

NOTA: Índice Ibovespa é o valor atual, em moeda corrente, de uma carteira teórica de ações constituída em 2/1/1968 (valor-base: 100 pontos), a partir de uma aplicação hipotética. Supõe-se não ter sido efetuado nenhum investimento adicional desde então, considerando-se somente os ajustes efetuados em decorrência da distribuição de proventos pelas empresas emissoras (tais como reversão de dividendos recebidos e do valor apurado com a venda de direitos de subscrição, e manutenção em carteira das ações recebidas em bonificação). Dessa forma, o índice reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total de suas ações componentes (IBOVESPA).

PREÇO MÉDIO MENSAL E NOMINAL NO ATACADO EM REAIS (R\$) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS SELECIONADOS DEZ/2000–MAI/2019

MÊS/ANO	SÃO PAULO	PARANÁ			
	Arroz (30 Kg)	Feijão Preto (30 Kg)	Soja (em farelo) (t)	Trigo (em grão) (60 Kg)	Milho (60 Kg)
DEZ/00	20,69	19,08	434,03	15,03	10,30
DEZ/01	28,00	49,95	496,42	17,80	11,78
DEZ/02	38,00	48,47	745,55	34,94	24,37
DEZ/03	52,36	43,16	756,77	28,58	17,73
DEZ/04	33,78	48,65	522,76	21,26	15,00
DEZ/05	30,00	60,01	513,04	21,96	14,26
DEZ/06	34,01	33,47	506,57	29,23	19,44
DEZ/07	43,67	72,29	682,33	34,35	28,69
DEZ/08	52,54	85,72	736,91	28,50	17,93
DEZ/09	48,34	44,14	740,11	27,50	17,66
DEZ/10	54,40	56,57	734,82	27,40	22,69
DEZ/11	44,28	52,75	584,62	26,43	23,20
DEZ/12	65,00	80,81	1.239,97	41,50	31,00
DEZ/13	59,51	92,71	1.298,74	47,27	22,54
DEZ/14	60,00	78,69	1.174,61	34,32	24,95
DEZ/15	62,10	87,64	1314,07	43,30	29,39
DEZ/16	...	147,81	1212,32	37,62	34,81
JAN/17	...	125,18	1153,42	37,19	32,92
FEV/17	...	106,44	1.138,59	36,14	30,25
MAR/17	...	104,81	1.063,18	35,70	27,89
ABR/17	...	96,55	1.012,31	36,25	25,67
MAI/17	59,60	101,82	1.015,39	36,57	25,61
JUN/17	60,40	111,60	1.018,95	37,46	24,36
JUL/17	61,48	99,96	1.087,77	38,73	22,84
AGO/17	66,48	92,36	1.014,63	40,70	22,39
SET/17	64,44	92,02	1.017,38	36,87	24,68
OUT/17	82,26	92,86	1.068,59	35,95	26,08
NOV/17	82,86	85,59	1.077,22	37,79	27,27
DEZ/17	79,60	81,72	1.162,92	38,74	27,86
JAN/18	72,47	79,72	1.163,73	39,32	28,30
FEV/18	65,42	89,02	1.263,78	39,07	29,23
MAR/18	65,53	88,21	1.326,18	42,40	36,45
ABR/18	69,32	87,22	1.413,59	47,15	37,65
MAI/18	68,39	90,88	1.490,00	54,95	38,94
JUN/18	71,34	86,51	1.450,92	62,88	38,47
JUL/18	77,98	86,32	1.432,98	59,95	35,43
AGO/18	78,46	87,63	1.435,45	56,84	36,87
SET/18	79,86	93,58	1467,24	52,91	37,58
OUT/18	80,93	92,15	1.417,65	49,11	33,81
NOV/18	80,40	92,31	1.371,70	49,91	33,57
DEZ/18	79,41	92,62	1.338,85	51,09	33,97
JAN/19	80,77	106,22	1.306,58	54,19	35,27
FEV/19	82,74	127,20	1.254,75	53,99	35,88
MAR/19	81,88	118,35	1.264,08	55,20	35,46
ABR/19	82,12	109,08	1.290,06	52,31	32,93
MAI/19	88,66	96,42	1.303,83	53,14	31,66

FONTE: IPEA; CONAB; IEA-SP; SEAB-PR.

NOTA: Cotação para o arroz longo fino agulhinha.

Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

INDICADORES DO MERCADO FINANCEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL

DATA	BRASIL				EUA	
	Fundo de Investimento Financeiro – FIF (PL mensal, R\$ milhões) 7837(1)	Valor das empresas listadas no Ibovespa (R\$ bilhões) 7848(3)	Índice Ibovespa 7845	Emissão Primária de Debêntures (R\$ milhões) 7841	Dow Jones – NYSE fechamento (pontos) 7846 (3)	Nasdaq fechamento (pontos) 7847 (4)
DEZ/07	912.869	1.764.961	63.886	1.068	13.265	2.652
DEZ/08	917.297	1.087.640	37.550	0	8.776	1.577
DEZ/09	1.086.267	1.739.615	68.588	2.720	10.428	2.269
DEZ/10	1.286.654	2.070.752	69.304	2.025	11.578	2.653
DEZ/11	1.501.728	1.833.723	56.754	220	12.218	2.605
DEZ/12	1.786.186	1.961.800	60.952	850	13.104	3.020
DEZ/13	1.939.384	1.889.777	51.507	300	16.577	4.177
DEZ/14	2.156.887	1.824.499	50.007	0	17.823	4.736
DEZ/15	2.472.963	1.591.222	43.349	1.185	17.425	5.007
JAN/16	2.522.931	1.506.705	40.405	0	16.466	4.614
FEV/16	2.553.705	1.560.784	42.793	0	16.517	4.558
MAR/16	2.599.654	1.795.296	50.055	20.000	17.685	4.870
ABR/16	2.635.683	1.917.723	53.910	0	17.831	4.775
MAI/16	2.670.626	1.740.045	48.471	0	17.787	4.948
JUN/16	2.690.456	1.821.192	51.526	0	17.930	4.843
JUL/16	2.738.202	2.004.423	57.308	0	18.432	5.162
AGO/16	2.795.674	2.029.117	57.901	0	18.401	5.213
SET/16	2.820.714	2.044.580	58.367	0	18.308	5.312
OUT/16	2.860.310	2.234.166	64.924	878	18.142	5.190
NOV/16	2.887.156	2.134.704	61.906	0	19.124	5.324
DEZ/16	2.953.369	2.078.361	60.227	975	19.763	5.383
JAN/17	3.035.796	2.239.112	64.670	0	19.864	5.615
FEV/17	3.088.727	2.324.811	66.662	0	20.822	5.825
MAR/17	3.158.822	2.245.686	64.984	300	20.663	5.912
ABR/17	3.169.398	2.243.197	65.403	432	20.941	6.048
MAI/17	3.203.771	2.159.216	62.711	0	21.009	6.199
JUN/17	3.243.842	2.149.502	62.899	0	21.350	6.144
JUL/17	3.310.407	2.249.025	65.920	1.091	21.891	6.348
AGO/17	3.386.195	2.400.515	70.835	0	21.948	6.429
SET/17	3.426.878	2.517.247	74.293	0	22.405	6.453
OUT/17	3.468.644	2.538.691	74.308	4.537	23.377	6.728
NOV/17	3.460.553	2.454.073	71.970	0	24.272	6.874
DEZ/17	3.462.583	2.575.884	76.402	0	24.719	6.903
JAN/18	3.526.747	2.916.247	84.912	0	26.149	7.411
FEV/18	3.550.673	2.928.154	85.353	268	25.029	7.273
MAR/18	3.584.745	2.965.390	85.365	0	24.103	7.063
ABR/18	3.610.305	2.961.895	86.115	529	24.163	7.066
MAI/18	3.620.983	2.663.411	76.753	0	24.668	7.462
JUN/18	3.622.332	2.510.860	72.762	0	24.271	7.510
JUL/18	3.655.902	2.733.333	79.220	1.207	25.415	7.672
AGO/18	3.697.483	2.639.313	76.677	0	25.965	8.110
SET/18	3.728.770	2.671.198	79.342	0	26.458	8.046
OUT/18	3.771.919	2.916.773	87.423	700	25.116	7.306
NOV/18	3.772.958	2.977.960	89.504	0	25.538	7.331
DEZ/18	3.809.240	2.894.364	87.887	0	23.327	6.635
JAN/19	3.859.708	3.218.298	97.393	0	25.000	7.282
FEV/19	3.873.544	3.136.722	95.584	3.600	25.916	7.533
MAR/19	3.915.659	3.114.470	95.414	600	25.929	7.729
ABR/19	3.918.459	3.133.830,0	96.353	0	26.593	8.095

FONTES: (1) BANCO CENTRAL DO BRASIL, (2) BOVESPA (ÍNDICE DE FECHAMENTO DO ÚLTIMO DIA ÚTIL DO MÊS), (3) DOW JONES, (4) NASDAQ

NOTA: para os anos de 2007 a 2014, os valores referem-se ao mês de dezembro, exceto para emissão de debênture que é o total do ano. Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ - 1997 - 2019
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.947.495.532	0,00	59.484.840.278	0,00	1.546.619	0,00
1998	51.076.603.549	-3,53	57.596.907.511	-3,17	170.406	-0,26
1999	47.945.909.310	-6,13	49.181.644.327	-14,61	233.169	-81,05
2000	55.018.346.483	14,75	55.891.118.709	13,64	-872.772.226	-29,37
2001	58.128.223.219	5,65	55.444.566.162	-0,80	2.683.657.057	-407,49
2002	60.290.491.129	3,72	47.140.165.638	-14,98	13.150.325.491	390,02
2003	72.975.027.454	21,04	48.269.929.600	2,40	24.705.097.854	87,87
2004	96.332.184.410	32,01	62.744.505.513	29,99	33.587.678.897	35,95
2005	118.692.856.544	23,21	73.468.391.463	17,09	45.224.465.081	34,65
2006	137.708.096.759	16,02	91.192.855.350	24,13	46.515.241.409	2,85
2007	160.521.882.755	16,57	120.475.382.973	32,11	40.046.499.782	-13,91
2008	197.778.858.085	23,21	173.118.588.785	43,70	24.660.269.300	-38,42
2009	152.910.580.383	-22,69	127.812.153.899	-26,17	25.098.426.484	1,78
2010	201.788.337.035	31,96	181.774.969.378	42,22	20.013.367.657	-20,26
2011	255.936.306.857	26,83	226.244.222.128	24,46	29.692.084.729	48,36
2012	242.277.307.190	-5,34	223.366.721.023	-1,27	18.910.586.167	-36,31
2013	241.967.561.759	-0,13	239.681.231.635	7,30	2.286.330.124	-87,91
2014	224.974.401.228	-7,02	229.127.843.314	-4,40	-4.153.442.086	-281,66
2015	190.971.087.339	-15,11	171.458.999.759	-25,17	19.512.087.580	-569,78
2016	185.232.116.301	-3,01	137.585.830.976	-19,76	47.646.285.325	144,19
2017	217.739.218.466	17,55	150.749.494.421	9,57	66.989.724.045	40,60
2018	239.889.170.206	10,17	181.230.568.862	20,22	58.658.601.344	-12,44
ABR/2019	72.149.202.927	-3,00%	55.764.840.849	-0,80%	16.384.362.078	-9,80

FONTE: MDIC/SECEX

BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL - 1997 - 2019
EM US\$ FOB - ACUMULADO E VARIAÇÃO % ANUAL

Ano	Exportação (X)		Importação (M)		Saldo (X-M)	
	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%	US\$ FOB	Var%
1997	52.947.495.532	0,00	59.484.840.278	0,00	1.546.619	0,00
1998	51.076.603.549	-3,53	57.596.907.511	-3,17	170.406	-0,26
1999	47.945.909.310	-6,13	49.181.644.327	-14,61	233.169	-81,05
2000	55.018.346.483	14,75	55.891.118.709	13,64	-872.772.226	-29,37
2001	58.128.223.219	5,65	55.444.566.162	-0,80	2.683.657.057	-407,49
2002	60.290.491.129	3,72	47.140.165.638	-14,98	13.150.325.491	390,02
2003	72.975.027.454	21,04	48.269.929.600	2,40	24.705.097.854	87,87
2004	96.332.184.410	32,01	62.744.505.513	29,99	33.587.678.897	35,95
2005	118.692.856.544	23,21	73.468.391.463	17,09	45.224.465.081	34,65
2006	137.708.096.759	16,02	91.192.855.350	24,13	46.515.241.409	2,85
2007	160.521.882.755	16,57	120.475.382.973	32,11	40.046.499.782	-13,91
2008	197.778.858.085	23,21	173.118.588.785	43,70	24.660.269.300	-38,42
2009	152.910.580.383	-22,69	127.812.153.899	-26,17	25.098.426.484	1,78
2010	201.788.337.035	31,96	181.774.969.378	42,22	20.013.367.657	-20,26
2011	255.936.306.857	26,83	226.244.222.128	24,46	29.692.084.729	48,36
2012	242.277.307.190	-5,34	223.366.721.023	-1,27	18.910.586.167	-36,31
2013	241.967.561.759	-0,13	239.681.231.635	7,30	2.286.330.124	-87,91
2014	224.974.401.228	-7,02	229.127.843.314	-4,40	-4.153.442.086	-281,66
2015	190.971.087.339	-15,11	171.458.999.759	-25,17	19.512.087.580	-569,78
2016	185.232.116.301	-3,01	137.585.830.976	-19,76	47.646.285.325	144,19
2017	217.739.218.466	17,55	150.749.494.421	9,57	66.989.724.045	40,60
2018	239.889.170.206	10,17	181.230.568.862	20,22	58.658.601.344	-12,44
ABR/2019	72.149.202.927	-3,00%	55.764.840.849	-0,80%	16.384.362.078	-9,80

FONTE: DIC/SECEX

OFERTA E DEMANDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS - (Complexo soja e trigo) SAFRAS 2012/2019 (Mil toneladas)

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
Algodão em pluma	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.289,2	27,0	1.665,3	660,0	804,0	201,3
	2016/17	201,3	1.529,5	33,6	1.764,4	685,0	834,1	245,3
	2017/18	566,1	2202,4	10,0	2778,5	750,0	1330,0	698,5
	2018/19	665,1	2.664,5	5,0	3.334,6	720,0	1.650,0	964,6
Arroz em casca	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.603,0	1.187,4	12.753,3	11.428,8	893,7	430,8
	2016/17	430,8	12.327,8	1.042,0	13.800,6	12.024,3	1.064,7	711,6
	2017/18	625,8	11449,9	1200,0	13275,7	11900,0	800,0	575,7
	2018/19	671,8	10.595,8	1.300,0	12.567,6	11.200,0	900,0	467,6
Feijão	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.512,9	325,0	3.036,0	2.800,0	50,0	186,0
	2016/17	186,0	3.399,5	137,6	3.723,1	3.300,0	120,5	302,6
	2017/18	178,6	3.170,6	130,0	3479,2	3.200,0	120,0	159,2
	2018/19	287,4	3.104,3	130,0	3.521,7	3.100,0	140,0	281,7
Milho	2012/13	4.005,4	81.505,7	911,4	86.422,5	53.263,8	26.174,1	6.984,6
	2013/14	6.984,6	80.051,7	790,7	87.827,0	54.503,1	20.924,8	12.399,1
	2014/15	12.399,1	84.672,4	316,1	97.387,6	56.611,1	30.172,3	10.604,2
	2015/16	10.604,2	66.530,6	3.338,1	80.472,9	54.639,8	18.883,2	6.949,9
	2016/17	6.617,3	97.842,8	953,6	105.413,7	57.330,5	30.836,7	17.246,5
	2017/18	13.287,7	90.409,2	400,0	104.096,9	62.500,0	31.000,0	10.596,9
	2018/19	14.246,0	95.254,1	500,0	110.000,1	62.500,0	31.000,0	16.500,1
Soja em grãos	2012/13	447,9	81.499,4	282,8	82.230,1	38.694,3	42.791,9	743,9
	2013/14	743,9	86.120,8	578,7	87.443,5	40.200,0	45.692,0	1.551,5
	2014/15	1.551,5	96.228,0	324,1	98.103,6	42.850,0	54.324,2	929,4
	2015/16	929,4	95.434,6	400,0	96.764,0	43.700,0	51.581,9	1.482,1
	2016/17	1.482,1	114.075,3	300,0	115.857,4	46.100,0	68.154,6	1.602,8
	2017/18	670,3	118.238,6	400,0	119.308,9	43.500,0	75.000,0	808,9
	2018/19	746,3	114.313,9	400,0	115.460,2	44.000,0	68.000,0	3.460,2
Farelo de Soja	2012/13	867,6	27.258,0	3,9	28.129,5	14.350,0	13.333,5	446,0
	2013/14	446,0	28.336,0	1,0	28.783,0	14.799,3	13.716,3	267,4
	2014/15	267,4	30.492,0	1,1	30.760,5	15.100,0	14.826,7	833,8
	2015/16	833,8	30.954,0	0,8	31.788,6	15.500,0	14.443,8	1.844,8
	2016/17	1.844,8	32.186,0	1,0	34.031,8	17.000,0	14.177,1	2.854,7
	2017/18	911,3	31.185,0	2,0	32.098,3	17.000,0	14.000,0	1.098,3
	2018/19	1.441,5	32.340,0	1,0	33.782,5	17.200,0	15.000,0	1.582,5
Óleo de soja	2012/13	650,5	6.903,0	5,0	7.558,5	5.556,3	1.362,5	639,7
	2013/14	639,7	7.176,0	0,1	7.815,8	5.930,8	1.305,1	579,9
	2014/15	579,9	7.722,0	25,3	8.327,2	6.359,2	1.669,9	298,1
	2015/16	298,1	7.839,0	66,1	8.203,2	6.380,0	1.254,2	569,0
	2016/17	569,0	8.151,0	40,0	8.760,0	6.800,0	1.342,5	617,5
	2017/18	218,1	7897,5	41,0	8156,6	6700,0	1100,0	356,6
	2018/19	424,3	8.190,0	40,0	8.654,3	7.200,0	1.050,0	404,3
Trigo	2012	1.956,1	4.379,5	7.010,2	13.345,8	10.134,3	1.683,9	1.527,6
	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	809,3	6.726,8	7.088,5	14.624,6	11.517,7	576,8	2.530,1
	2017	2.530,1	4.263,5	6.200,0	12.993,6	11.287,4	210,0	1.496,2
	2018	1.331,8	5.466,0	7.200,0	13.997,8	12.496,2	600,0	901,6

Fonte: CONAB – 5º levantamento, maio 2019. (Disponível em: www.conab.gov.br)

Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de Dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho

PRODUÇÃO, ÁREA COLHIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA SOJA - BRASIL E MAIORES ESTADOS PRODUTORES – 1989-2019
(Mil toneladas e mil hectares)

Ano	Brasil			Maiores Estados Produtores									
	Produção	Área Colhida	Rendimento Médio	Mato Grosso		Paraná		Goiás		Mato Grosso do Sul		Minas Gerais	
			(Kg/ha)	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida	Produção	Área Colhida
1989/1990	20.101	11.551	1.740	2.901	1.503	4.572	2.286	1.411	941	1.934	1.209	875	583
1990/1991	15.395	9.743	1.580	2.607	1.100	3.617	1.966	1.659	790	2.300	1.013	963	472
1991/1992	19.419	9.582	2.027	3.485	1.452	3.415	1.798	1.804	820	1.929	970	1.003	456
1992/1993	23.042	10.717	2.150	4.198	1.713	4.720	2.000	1.968	984	2.229	1.067	1.159	552
1993/1994	25.059	11.502	2.179	4.970	1.996	5.328	2.110	2.387	1.090	2.440	1.109	1.234	600
1994/1995	25.934	11.679	2.221	5.440	2.295	5.535	2.121	2.133	1.123	2.426	1.098	1.188	600
1995/1996	23.190	10.663	2.175	4.687	1.905	6.241	2.312	2.046	909	2.046	845	1.040	528
1996/1997	26.160	11.381	2.299	5.721	2.096	6.566	2.496	2.478	991	2.156	862	1.176	523
1997/1998	31.370	13.158	2.384	7.150	2.600	7.191	2.820	3.372	1.338	2.282	1.087	1.383	601
1998/1999	30.765	12.995	2.367	7.134	2.548	7.723	2.769	3.418	1.325	2.740	1.054	1.336	577
1999/2000	32.890	13.623	2.414	8.801	2.905	7.130	2.833	4.073	1.455	2.501	1.107	1.397	594
2000/2001	38.432	13.970	2.751	9.641	3.120	8.623	2.818	4.158	1.540	3.130	1.065	1.496	642
2001/2002	42.230	16.386	2.577	11.733	3.853	9.502	3.291	5.420	1.902	3.279	1.192	1.949	719
2002/2003	52.018	18.475	2.816	12.949	4.420	10.971	3.638	6.360	2.171	4.104	1.415	2.333	874
2003/2004	49.793	21.376	2.329	15.009	5.241	10.037	3.936	6.147	2.572	3.325	1.797	2.659	1.066
2004/2005	52.305	23.301	2.245	17.937	6.105	9.707	4.148	6.985	2.662	3.863	2.031	3.022	1.119
2005/2006	55.027	22.749	2.419	16.700	6.197	9.646	3.983	6.534	2.542	4.445	1.950	2.483	1.061
2006/2007	58.392	20.687	2.822	15.359	5.125	11.916	3.979	6.114	2.191	4.881	1.737	2.568	930
2007/2008	60.018	21.313	2.816	17.848	5.675	11.896	3.977	6.544	2.180	4.569	1.731	2.537	870
2008/2009	57.166	21.743	2.629	17.963	5.828	9.510	4.069	6.836	2.307	4.180	1.716	2.751	929
2009/2010	68.688	23.468	2.927	18.767	6.225	14.079	4.485	7.343	2.550	5.308	1.712	2.872	1.019
2013/2014	86.121	30.173	2.854	26.442	8.616	14.781	5.010	8.995	3.102	6.148	2.120	3.327	1.238
2014/2015	96.228	32.093	2.998	28.018	8.934	17.210	5.225	8.625	3.325	7.178	2.301	3.507	1.319
2015/2016	95.434	33.251	2.870	26.031	9.140	16.845	5.451	10.250	3.285	7.241	2.430	4.731	1.469
2016/2017	114.075	33.909	3.364	30.514	9.323	19.586	5.250	10.819	3.279	8.576	2.522	5.067	1.456
2017/2018	119.281	35.149	3.394	32.306	9.519	19.170	5.465	11.786	3.387	9.600	2.672	5.545	1.508
2018/2019	114.314	35.802	3.193	32.134	9.700	16.253	5.438	11.269	3.478	8.504	2.854	5.071	1.575

Fonte: CONAB – 5º levantamento, maio 2019. (Disponível em: www.conab.gov.br)

Nota: Estimativa em maio/2019.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL PARA PAÍSES SELECIONADOS – 2005-2018

PAÍSES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mundo	4,9	5,5	5,6	3	-0,1	5,4	4,3	3,5	3,5	3,6	3,5	3,3	3,7	3,7
África do Sul	5,3	5,6	5,4	3,2	-1,5	3	3,3	2,2	2,5	1,8	1,3	0,6	1,3	0,8
Alemanha	0,9	3,9	3,4	0,8	-5,6	3,9	3,7	0,7	0,6	2,2	1,5	2,2	2,5	1,9
Argentina	8,9	8	9	4,1	-5,9	10,1	6	-1	2,4	-2,5	2,7	-1,8	2,9	-2,6
Bolívia	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,1	6,8	5,5	4,9	4,3	4,2	4,3
Brasil	3,2	4	6,1	5,1	-0,1	7,5	4	1,9	3	0,5	-3,5	-3,3	1,1	1,1
Canadá	3,2	2,6	2,1	1	-2,9	3,1	3,1	1,7	2,5	2,9	1	1,4	3	2,1
Chile	5,7	6,3	4,9	3,6	-1,6	5,8	6,1	5,3	4,1	1,8	2,3	1,3	1,5	4,0
China	11,3	12,7	14,2	9,6	9,2	10,6	9,5	7,9	7,8	7,3	6,9	6,7	6,9	6,6
Colômbia	4,7	6,8	6,8	3,3	1,2	4,3	7,4	3,9	4,6	4,7	3	2	1,8	2,8
Coréia do sul	3,9	5,2	5,5	2,8	0,7	6,5	3,7	2,3	2,9	3,3	2,8	2,9	3,1	2,8
Equador	5,3	4,4	2,2	6,4	0,6	3,5	7,9	5,6	4,9	3,8	0,1	-1,2	2,4	1,1
Estados Unidos	3,5	2,9	1,9	-0,1	-2,5	2,6	1,6	2,2	1,8	2,5	2,9	1,6	2,2	2,9
França	1,7	2,4	2,4	0,3	-2,9	1,9	2,2	0,3	0,6	1	1	1,1	2,3	1,6
Índia	9,3	9,3	9,8	3,9	8,5	10,3	6,6	5,5	6,4	7,4	8,2	7,1	6,7	7,3
Indonésia	5,7	5,5	6,3	7,4	4,7	6,4	6,2	6	5,6	5	4,9	5	5,1	5,1
Itália	0,9	2	1,5	-1,1	-5,5	1,7	0,6	-2,8	-1,7	0,1	1	0,9	1,5	1,2
Japão	1,7	1,4	1,7	-1,1	-5,4	4,2	-0,1	1,5	2	0,4	1,4	1	1,7	1,1
México	2,3	4,5	2,3	1,1	-5,3	5,1	3,7	3,6	1,4	2,8	3,3	2,9	2	2,2
Paraguai	2,1	4,8	5,4	6,4	-0,3	11,1	4,2	-0,5	8,4	4,9	3,1	4,3	4,8	4,4
Peru	9	7,1	5	0,8	-4,7	8,5	11,1	4,8	8,5	5,2	6,1	3,2	7,4	3,5
Reino Unido	3,1	2,5	2,5	-0,3	-4,2	1,7	1,6	1,4	2	2,9	2,3	1,8	1,7	1,4
Rússia	6,4	8,2	8,5	5,2	-7,8	4,5	5,1	3,7	1,8	0,7	-2,5	-0,2	1,5	1,7
Tailândia	4,2	5	5,4	1,7	-0,7	7,5	0,8	7,2	2,7	1	3	3,3	3,9	4,6
Uruguai	6,8	4,1	6,5	7,2	4,2	7,8	5,2	3,5	4,6	3,2	0,4	1,7	2,7	2,0
Venezuela	10,3	9,9	8,8	5,3	-3,2	-1,5	4,2	5,6	1,3	-3,9	-6,2	-16,5	-14	-18

FONTES: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics* IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL MÉDIA PARA PAÍSES SELECIONADOS (PREÇOS AO CONSUMIDOR) 2005-2018

PAÍSES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Mundo	4,1	4,1	4,3	6,3	2,7	3,7	5,0	4,1	3,7	3,2	2,8	3,0	3,9	3,8
África do Sul	3,4	4,6	7,2	11,0	7,1	4,3	5,0	5,6	5,8	6,1	4,6	6,3	5,3	4,5
Alemanha	1,9	1,8	2,3	2,8	0,2	1,1	2,5	2,1	1,6	0,8	0,1	0,4	1,7	1,4
Argentina	9,6	10,9	8,8	8,6	6,3	10,5	9,8	10,0	10,6	0,8	0,1	0,4	25,7	47,1
Bolívia	5,4	4,3	6,7	14,0	3,3	2,5	9,9	4,5	5,7	5,8	4,1	3,6	2,8	1,51
Brasil	6,9	4,2	3,6	5,7	4,9	5,0	6,6	5,4	6,2	6,3	9,0	8,7	3,4	3,7
Canadá	2,2	2,0	2,1	2,4	0,3	1,8	2,9	1,5	0,9	1,9	1,1	1,4	1,6	2,0
Chile	3,1	3,4	4,4	8,7	1,5	1,4	3,3	3,0	1,9	4,4	4,3	3,8	2,2	2,6
China	1,8	1,5	4,8	5,9	-0,7	3,3	5,4	2,6	2,6	2,0	1,4	2,0	1,5	1,9
Colômbia	5,1	4,3	5,5	7,0	4,2	2,3	3,4	3,2	2,0	2,9	5,0	7,5	4,3	3,1
Coréia do Sul	2,2	2,5	4,7	2,8	2,9	4,0	2,2	1,3	1,3	0,7	1,0	2,8	...	1,3
Equador	2,2	3,3	2,3	8,4	5,2	3,6	4,5	5,1	2,7	3,6	4,0	1,7	0,4	0,2
Estados Unidos	3,4	3,2	2,9	3,8	-0,3	1,6	3,1	2,1	1,5	1,6	0,1	1,3	2,1	1,9
França	1,9	1,9	1,6	3,2	0,1	1,7	2,3	2,2	1,0	0,6	0,1	0,3	1,0	1,2
Índia	4,4	6,7	6,2	9,1	10,6	9,5	9,5	10,0	9,4	5,8	4,9	4,5	3,3	2,1
Indonésia	10,5	13,1	6,7	9,8	5,0	5,1	5,3	4,0	6,4	6,4	6,4	3,5	3,8	2,8
Itália	2,2	2,2	2,0	3,5	0,8	1,6	2,9	3,3	1,2	0,2	0,1	-0,1	1,2	0,9
Japão	-0,3	0,3	0,1	1,4	-1,3	-0,7	-0,3	-0,1	0,3	2,8	0,8	-0,1	0,5	0,3
México	4,0	3,6	4,0	5,1	5,3	4,2	3,4	4,1	3,8	4,0	2,7	2,8	6,0	4,8
Paraguai	6,8	9,6	8,1	10,2	2,6	4,7	8,3	3,7	2,7	5,0	3,1	4,1	3,6	3,2
Peru	1,6	2,0	1,8	5,8	2,9	1,5	3,4	3,7	2,8	3,2	3,5	3,6	2,8	2,1
Reino Unido	2,1	2,3	2,3	3,6	2,2	3,3	4,5	2,8	2,6	1,5	0,0	0,7	2,6	2,1
Rússia	12,7	9,7	9,0	14,1	11,7	6,9	8,4	5,1	6,8	7,8	15,5	7,0	3,7	4,3
Tailândia	4,5	4,7	2,2	5,5	-0,8	3,3	3,8	3,0	2,2	1,9	-0,9	0,2	0,7	0,3
Uruguai	4,7	6,4	8,1	7,9	7,1	6,7	8,1	8,1	8,6	8,9	8,7	9,6	6,2	7,4
Venezuela	16,0	13,7	18,7	31,4	26,0	28,2	26,1	21,1	43,5	57,3	111,8	254,4	1087,5	1.698.488

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*
Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

Equipe Técnica



Carlos Ilton Cleto

Economista, doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Gilmar Mendes Lourenço

Economista, mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da FAE.



Rafael Polay Alcântara

Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da FAE.